

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE

**PERFIL DA PRODUÇÃO DE TABACO E
DA AGRICULTURA FAMILIAR BENEFICÁRIA
DA CHAMADA PÚBLICA DE ATER 06/2013,
NOS TRÊS ESTADOS DA REGIÃO SUL**

Amadeu A. Bonato

Outubro de 2018

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	3
I – A PRODUÇÃO DE TABACO NA REGIÃO SUL DO BRASIL	5
II – A CHAMADA PÚBLICA DE ATER 06/2013 PARA A DIVERSIFICAÇÃO NAS ÁREAS DE CULTIVO DE TABACO	10
1. A Chamada Pública de ATER 06/2013.....	10
2. As informações disponíveis na Chamada Pública de ATER 06/2013	11
3. A metodologia da análise das informações	12
4. O olhar pelo viés da Relação com a Produção de Tabaco	13
5. O olhar pelo viés do nível de Diversificação da Renda Agrícola	14
6. O olhar pelo viés da Sustentabilidade e Desenvolvimento dos Meios de Vida.....	15
III – O PERFIL DAS FAMÍLIAS BENEFICÁRIAS DA CHAMADA PÚBLICA DE ATER 06/2013	19
1. OS INDICADORES DE CAPITAL HUMANO	19
1.2. Famílias pouco numerosas.....	19
1.3. Famílias jovens e com muitas pessoas jovens	20
1.4. Famílias com maioria masculina e muita força feminina.....	22
1.5. Escolaridade ainda baixa, mas no rumo de significativos impactos e mudanças.....	23
1.6. Problemas de saúde: produzir tabaco também faz mal à saúde.....	26
2. OS INDICADORES DE CAPITAL NATURAL	27
2.1. Pouca terra disponível: opções de diversificação mais criativas.....	27
2.2. O acesso à água não é problema, mas é um grande desafio	29
2.3. Na natureza não basta ter, também é preciso preservar.....	31
3. OS INDICADORES DE CAPITAL FÍSICO	33
3.1. Unidades de produção bem estruturadas, mas dependentes	33
3.2. O Pronaf como potencializador das estruturas físicas	35
4. OS INDICADORES DE CAPITAL ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	36
4.1. A produção e a renda do Tabaco nas famílias beneficiárias da Chamada Pública 06/2013	36
4.2. A produção e da renda Agropecuária: a contribuição da diversificação	39
4.3. Os indicadores da Renda Total e a importância das Rendas Não Agrícolas.....	43
4.4. A produção para o autoconsumo: consciência da importância da segurança alimentar.....	46
5. OS INDICADORES DE CAPITAL SOCIAL	47
5.1. O acesso às Políticas Públicas: vitais para a sobrevivência da agricultura familiar.....	47
5.2. A participação social: a união ainda faz a força	49
CONCLUSÕES	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

APRESENTAÇÃO

A Conferência das Partes da CQCT – Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco realizada na Rússia, em 2016, oficializou, internacionalmente, o Programa Brasileiro de Diversificação, definindo que a aplicação do seu artigo 17 deverá ser feita pela lógica da diversificação da produção e da renda e pela implementação da lógica de sustentabilidade dos meios de vida.

“É um direito de todo agricultor e agricultora que produz tabaco, diante de uma situação de vulnerabilidade em função da redução da demanda de produção, ter apoio do Estado que lhe garanta alternativas de vida, produção e renda economicamente viáveis. Também é um direito de todo agricultor e agricultora que produz tabaco que, preventivamente, seja ofertado pelo Estado apoio à diversificação de forma a lhe garantir a redução da vulnerabilidade, a ampliação da autonomia e garantia de sustentabilidade e desenvolvimento dos meios de vida. Igualmente é um direito de todo agricultor e agricultora que produz tabaco ter acesso permanente à informação sobre as perspectivas futuras do cultivo de tabaco, informações sobre os riscos que a cultura do tabaco podem provocar sobre a saúde das pessoas e do meio ambiente, bem como dispor de ações que garantam a preservação e a recuperação da saúde e do meio ambiente”. Estas são as afirmações constantes nos artigos 17 e 18 da CNCQ – Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco aprovada pela OMS – Organização Mundial da Saúde em 2003 e ratificada pelo Brasil em 2005.

Para tanto, as instituições governamentais, particularmente aquelas relacionadas à agricultura, ao trabalho, ao comércio, à saúde e ao meio ambiente, assim como as entidades e organizações da sociedade civil e as estreitamente vinculadas à agricultura familiar que têm presença nas regiões produtoras de tabaco, precisam conhecer mais profundamente quem são, como vivem e trabalham as famílias produtoras de tabaco e aquelas que, por situações diversas, deixaram recentemente esta atividade. Este conhecimento é vital para aperfeiçoar e otimizar as suas ações no sentido do compromisso legal e moral para com a vida, os meios de vida, o desenvolvimento e o futuro dessas famílias.

O presente estudo, a partir de uma demanda da CONICQ – Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro, do INCA – Instituto Nacional do Câncer e da OPAS – Organização Pan-americana de Saúde é um esforço na contribuição para se avançar nesse conhecimento.

Não se trata de uma pesquisa, mas de uma avaliação de um conjunto de famílias que foram beneficiadas por uma ação muito concreta do Programa Nacional de Diversificação, a Chamada Pública de ATER 06/2013. Mas, a quantidade de famílias, cujas informações foram sistematizadas, num total de 3.985 (3.130, quando consideradas informações simultâneas referentes ao primeiro e ao terceiro ano da Chamada), nos permitem afirmar a importância das informações e das análises.

Este estudo está dividido em três partes. A primeira parte trata da Produção de Tabaco na região Sul do Brasil, com um rápido estudo sobre a evolução da produção e das famílias produtoras de tabaco na região, a realidade da distribuição geopolítica produção de tabaco nos estados e mesorregiões.

A segunda parte busca esclarecer o que foi e significou a Chamada Pública de ATER 06/2013 e trata também das informações que foram obtidas e sistematizadas a partir de duas atividades: a Caracterização Inicial (realizada no Ano I) e a Atualização da Caracterização (realizada no Ano III). E trata-se também neste capítulo da metodologia utilizada na análise das informações, destacando os olhares a partir dos quais será analisado o Perfil das Famílias: a produção ou não de tabaco, os níveis de diversificação e a sustentabilidade e desenvolvimento dos meios de vida.

E a terceira parte trata especificamente do Perfil das Famílias Beneficiárias da Chamada Pública de ATER 06/2013. Considerando a metodologia e a abordagem dos Meios de Vida, formalmente adotada pela Conferência das Partes da CQCT, a análise será feita a partir dos principais indicadores que compõem os chamados capitais, ou ativos e capacidades, que fazem parte da concepção dos meios de vida: Capital Humano, Capital Natural, Capital Físico, Capital Econômico-financeiro e Capital Social. Todos estes capitais são analisados em itens específicos.

E, finalmente, este estudo apresenta, nas conclusões, algumas avaliações gerais e, sobretudo, recomendações que são consideradas importantes e necessárias para o aperfeiçoamento do Programa de Diversificação e, de forma mais específica, para as ações de ATER direcionadas à Diversificação nas regiões produtoras de tabaco.

Espera-se, desta forma, disponibilizar uma contribuição a mais para que se avance na implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e para o fortalecimento da agricultura familiar para que esta avance na sustentabilidade e desenvolvimento dos seus Meios de Vida e ainda na vocação maior dessa agricultura familiar que é a produção de alimentos, a diversificação dos meios de vida, a valorização das pessoas, da qualidade de vida e da saúde e a preservação do meio ambiente.

I – A PRODUÇÃO DE TABACO NA REGIÃO SUL DO BRASIL

O Brasil produz atualmente ao redor de 13% de todo o tabaco que é produzido e consumido no mundo, destacando-se como o segundo maior produtor mundial. No contexto mundial, a China destaca-se como maior país consumidor e também produtor de tabaco, respondendo por mais de um terço da produção total. A produção mundial gira ao redor de 6,5 milhões de toneladas, segundo informações da ITGA¹ para 2012.

No Brasil, a produção de tabaco está concentrada nos três estados da região sul, onde se produz 97,5% de todo o tabaco brasileiro². O Nordeste responde por 2,4% da produção nacional. Segundo o IBGE, o Brasil produziu, em 2017, um total de 880.881 toneladas de tabaco. Já o Censo Agropecuário, com informações sobre a safra de 2016-17, aponta a produção de 614.970 toneladas, com distribuição idêntica entre o Sul e o Nordeste. As diferenças no quantitativo devem-se à diversidade na metodologia da coleta de informações e, sobretudo, nos problemas climáticos que afetaram a produção mensurada pelo Censo³.

Esse predomínio absoluto do Sul na produção de tabaco vem ocorrendo desde o início deste século, motivado pela expansão das exportações brasileiras e das demandas internacionais do produto. O baixo custo de produção do tabaco brasileiro⁴, a qualidade do produto controlada pelo sistema de integração⁵ e a isenção de impostos para a exportação de produtos primários⁶ foram importantes fatores que direcionaram a lógica da produção do tabaco no Brasil.

A tabela, a seguir, apresenta a evolução da produção de tabaco desde o ano de 1975, quando o Nordeste respondia por 20% da produção e, no Sul os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina tinham destaque similar. No entanto, nesse período, a produção era de pouco mais que 350 mil toneladas anuais.

O avanço do tabaco na região Sul ganhou destaque desde o final da Segunda Grande Guerra, com o avanço do cigarro industrializado e a importância do tabaco tipo Virginia. Nas décadas de 80 e 90, cresce a produção e cresce, no mesmo ritmo, a importância da região Sul, com o Rio Grande do Sul, onde se concentram as principais indústrias processadoras e exportadoras de tabaco, passando a produzir mais da metade do produto brasileiro.

O auge da produção ocorre exatamente no momento em que, em nível mundial, em que se consolida o debate em torno dos acordos para a implementação de políticas de controle do tabagismo, consolidadas, em 2003, com a aprovação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, pela Assembleia da OMS – Organização Mundial da Saúde. Nos anos do debate sobre a ratificação da Convenção pelo Brasil, o IBGE assinala o maior volume de tabaco produzido na história brasileira, atingindo 921.281 toneladas, em 2004.

¹ ITGA – International Tobacco Growers Association (Associação Internacional de Produtores de Tabaco), disponível em <https://afubra.com.br/fumicultura-mundial.html>.

² IBGE, PAM – Produção Agrícola Municipal, 2017.

³ Para o ano de 2016, a PAM do IBGE apontou a produção de 675.545 toneladas.

⁴ Segundo dados divulgados pelo Sindifumo-SP, o preço recebido pelos produtores brasileiros, no início deste século era 4,5 vezes menor que nos EUA, 7,5 vezes menor que na Europa e 13,5 vezes menor que no Japão. In “A Fumicultura no Brasil e a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco”, DESER, 2006.

⁵ O Sistema de Integração, formalizado por meio do Contrato de Compra e Venda entre o produtor e a indústria, garante o controle total da Indústria Fumageira sobre o o processo de produção.

⁶ LC – Lei Complementar 87/96, conhecida como “Lei Kandir”.

TABELA 01
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE TABACO NO BRASIL (1975 - 2017)

REGIÕES E ESTADOS		1975 a 1979	1980 a 1989	1990 a 1999	2000 a 2004	2005 a 2009	2010 a 2015	2016	2017
BRASIL	Toneladas	353.695	406.888	527.081	679.204	882.525	835.758	675.545	880.881
REGIÃO NORDESTE	Toneladas	71.542	63.030	43.245	24.437	25.336	18.266	8.123	21.057
	%	20,2	15,5	8,2	3,6	2,9	2,2	1,2	2,4
REGIÃO SUL	Toneladas	260.814	336.346	481.418	653.231	856.482	817.131	667.208	858.986
	%	73,7	82,7	91,3	96,2	97,0	97,8	98,8	97,5
RIO GRANDE DO SUL	Toneladas	123.204	157.801	246.227	347.589	453.412	399.800	325.305	414.448
	%	34,8	38,8	46,7	51,2	51,4	47,8	48,2	47,0
SANTA CATARINA	Toneladas	112.400	142.574	176.682	217.616	250.294	249.737	195.033	252.017
	%	31,8	35,0	33,5	32,0	28,4	29,9	28,9	28,6
PARANÁ	Toneladas	25.210	35.971	58.510	88.027	152.775	167.594	146.870	192.521
	%	7,1	8,8	11,1	13,0	17,3	20,1	21,7	21,9

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal

(*) Produção média anual em cada período destacado

Nos anos que se sucederam à ratificação da Convenção-Quadro até 2017, a produção brasileira de tabaco manteve-se numa média estável, mas as oscilações anuais apontam para uma tendência de queda. Os dois últimos anos apresentados na Tabela (2016 e 2017) são atípicos: 2016, forte redução em função dos problemas climáticos e 2017, a forte ampliação estimulada pela demanda de recomposição dos estoques e pelos preços pagos aos produtores. A tendência é da produção brasileira de tabaco, nos próximos anos, girar em torno das 700-750 mil toneladas.

Além deste deslocamento para a região Sul, há outro processo de readequação geopolítica do tabaco no interior da própria região, motivada especialmente por três fatores: preço pago aos produtores, produtividade e modernização do processo produtivo. Com isso, pode-se distribuir as microrregiões produtoras em três categorias: a) regiões tradicionais e com relativa estabilidade: Centro Oriental RS (Santa Cruz e Venâncio Aires); Metropolitana de Porto Alegre RS (Camaquã e Dom Feliciano); Vale do Itajaí SC (Ituporanga e Presidente Getúlio); b) regiões tradicionais em declínio: Centro Ocidental RS (Agudo e São Pedro do Sul); Nordeste RS (Arvorezinha e Anta Gorda); Grande Florianópolis SC (Alfredo Wagner e Leoberto Leal); Sul SC (Içara e Araranguá); Oeste SC (Coronel Freitas e Palmitos); c) regiões novas em expansão: Sul RS (Canguçu e São Lourenço do Sul); Planalto Norte SC (Mafra e Canoinhas); Metropolitana de Curitiba (Rio Negro e Piên) e Centro Sul PR (Rio Azul e Palmeira)⁷. Esta realidade da geografia do tabaco foi muito bem estudada por Lima da Sileira e Dornelles (2010)⁸

Aliado a esta readequação da geopolítica do tabaco, há outro processo em andamento que é o da concentração da produção: concentração espacial e de produtores. Em 1997, na região Sul havia 652 municípios produtores de tabaco, dos quais 134 produziam acima de 1.000 toneladas, respondendo por 80,7% da produção total do Sul e com uma produção média de 4.102 toneladas por município. Em 2005, auge da produção, o número dos municípios produtores chegava a 763, com 185 produzindo acima de 1.000 toneladas. Estes já passaram a representar 86% da produção total, numa média de 4.664 toneladas por município.

No ano de 2015, os municípios produtores caíram para 635, dos quais apenas 152 produziu mais de 1.000 toneladas, mas representando 89% da produção total. Cada um produziu, em média, 5.595

⁷ Os municípios citados são apenas para efeito de referência para identificação da região.

⁸ Lima da Silveira, Rogério L e Dornelles, Mizael, Mercado mundial de tabaco, concentração e organização espacial. Notas introdutórias para uma geografia do tabaco. Universidad de Barcelona, Barcelona, 2010.

toneladas. E os dados de 2017 apontam para o avanço na concentração: são apenas 145 os municípios produtores acima de 1.000 toneladas, representando 90,7% da produção.

TABELA 02
EVOLUÇÃO DOS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE TABACO NA REGIÃO SUL
(1975 - 2017)

Ano	Total Municípios	Municípios Produtores de Tabaco				Tabaco Produção Total	Produção Mun >1000 ton		Tabaco Renda Total (R\$ mil)
		Total	%	Mais de 1000 ton	%		Produção	%	
1975	717	350	48,8	44	12,6	188.292	119.536	63,5	958.959
1990	873	509	58,3	103	20,2	397.326	312.119	78,6	21.119.834
1997	1158	652	56,3	134	20,6	549.680	443.680	80,7	1.008.878
2002	1187	657	55,3	156	23,7	645.673	543.053	84,1	1.740.627
2005	1187	763	64,3	185	24,2	862.763	742.069	86,0	3.481.712
2010	1185	739	62,4	163	22,1	761.347	646.767	85,0	4.434.450
2015	1184	635	53,6	152	23,9	850.422	756.599	89,0	5.839.270
2017	1184	582	49,2	145	24,9	859.026	779.264	90,7	6.721.287

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal

Segundo o IBGE a remuneração bruta dos agricultores produtores de tabaco na região Sul, no ano de 2017, foi de R\$ 6,7 bilhões, 15,1% a mais que em 2015 e 51,6% superior ao ano de 2010. No ano de 2015, a renda do tabaco representou 10,7% do total do Valor Bruto da Produção Agropecuária da região Sul.

Ou seja, não há como negar a importância do tabaco na atividade agrícola, tanto do ponto de vista da abrangência como do ponto de vista da renda. No entanto, com um forte processo de concentração da produção, o que representa concentração da renda.

Na mesma lógica da concentração espacial da produção está a concentração da produção nas unidades de produção. Isso significa menos famílias produzindo mais.

Segundo a AFUBRA, na Tabela abaixo, no ano de 2005 havia pouco mais de 198 mil famílias produzindo tabaco nos três estados da região Sul. Cada família, em média, produzia 4.257 kg e tinha uma renda bruta de R\$ 18.430, em valores nominais. Até 2010, o número de famílias manteve-se relativamente estável, com oscilações que variaram de acordo com a quantidade produzida, tanto que a produção média por família oscilou entre 3.700 e 4.150 kg e os rendimentos médios anuais foram muito variados, com perdas e ganhos, o que em sido um processo histórico na atividade fumageira, sendo um dos motivos para as variações de famílias produtoras, mas sempre com a permanente expectativa de “no ano que vem vai ser melhor”.

A partir de 2010, ocorre uma queda constante na quantidade de famílias produtoras, que pode ser chamado de um processo de exclusão de famílias, uma vez que a produção se manteve na faixa das 700 mil toneladas e a produção média por família teve um permanente crescimento, de 4.400 para 4.700 quilos, com as normais oscilações anuais. Deve-se desconsiderar o ano de 2016 pelo fator atípico dos fortes problemas climáticos. Além disso, a Afubra (e também o SindiTabaco) utiliza, para a quantidade produzida, o tabaco já processado pela indústria, diferentemente do IBGE que utiliza o tabaco cru, na forma como sai da unidade de produção dos produtores.

O avanço da concentração da produção está relacionado com o processo de modernização do processo produtivo, como a semeadura, o plantio e, sobretudo, a secagem em estufas elétricas, o que reduz a demanda por mão-de-obra e permite maior área plantada e maior produção. O aumento da produtividade também potencializou a concentração.

No entanto, não houve a mesma dinâmica em relação ao rendimento por família, com as mesmas e históricas oscilações. Foram dois anos seguidos com queda na renda (2014 e 2015) e dois anos consecutivos com bons rendimentos (2016 e 2017). Em 2018, a renda média também foi baixa e sequer acompanhou a inflação.

TABELA 03
EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS PRODUTORAS, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DO
TABACO NA REGIÃO SUL (2005 - 2018)

SAFRA	Famílias produtoras	Produção (toneladas)	Kg por Família	Valor Total Bruto (R\$)	Rendimento por Família
2018	149.350	685.983	4.593	6.278.431.841	42.038
2017	150.240	705.930	4.699	6.090.633.962	40.539
2016	144.320	525.221	3.639	5.230.364.810	36.241
2015	153.730	697.650	4.538	4.976.704.200	32.373
2014	162.410	731.390	4.503	5.321.932.174	32.769
2013	159.595	712.750	4.466	5.309.987.500	33.272
2012	165.170	727.510	4.405	4.583.313.000	27.749
2011	186.810	832.830	4.458	4.105.851.900	21.979
2010	185.160	691.870	3.737	4.393.374.500	23.727
2009	186.580	744.280	3.989	4.391.252.000	23.535
2008	180.520	713.870	3.955	3.862.036.700	21.394
2007	182.650	758.660	4.154	3.224.305.000	17.653
2006	193.310	769.660	3.981	3.194.089.000	16.523
2005	198.040	842.990	4.257	3.650.146.700	18.431

Fonte: Afubra

Mas, o mais surpreendente é que os números divulgados pela Afubra escondem ainda mais a realidade da exclusão e da concentração. Até agora não tínhamos parâmetros de comparação em todos os dados divulgados pela Afubra e pelo SindiTabaco, à exceção da quantidade produzida e o valor da produção que o IBGE também acompanha e divulga anualmente, via a PAM – Pesquisa Agrícola Municipal.

Para o ano de 2016, temos a oportunidade de mais um comparativo que é o Censo Agropecuário (IBGE), divulgado de forma preliminar muito recentemente.

O Censo Agropecuário (com informações da safra 2016-17, equivalente ao ano 2016 da PAM e da AFUBRA) nos trouxe uma grande surpresa!!! A quantidade produzida na região Sul, segundo o Censo, é muito similar: 599.421 toneladas de tabaco em folha seca cru. A área plantada também não tem grandes diferenças: 286 mil e 271 mil hectares, respectivamente para o Censo e a Afubra.

Mas, e o número de produtores??? As diferenças são estratosféricas. Para a Afubra, havia 144 mil famílias envolvidas diretamente no plantio e produção de tabaco. Mas, para o Censo, são apenas 92.549 estabelecimentos agropecuários⁹. É possível que haja duas famílias em um mesmo estabelecimento? É possível, mas pouco provável. O mais provável é que a Afubra considere cada

⁹ Segundo o Manual do Recenseador do IBGE, Estabelecimento Agropecuário “é toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas. Independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica (se pertence a um produtor, a vários produtores, a uma empresa, a um conjunto de empresas etc.) ou de sua localização (área rural ou urbana), todo estabelecimento agropecuário tem como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para subsistência (sustento do produtor ou de sua família)” e “Todo estabelecimento agropecuário está subordinado a uma única administração: a do produtor ou a do administrador”. IBGE, Manual do recenseador, 2017, p 51.

contrato de integração como uma família. E tem muitas famílias que assinam mais de um contrato (dois e até três) com empresas diferentes.

Ou seja, estamos diante de um grande desafio que precisa ser definido em função da sua importância para o Programa Nacional de Apoio à Diversificação: qual é o número real de famílias diretamente envolvidas na produção de tabaco?

Se os números do Censo do IBGE estiverem corretos, a produção média por estabelecimento (família) foi, em 2016, de 6.477 kg (num ano de baixa produção), o que se aproxima bastante dos dados que serão apresentados mais adiante a partir das famílias que participaram da Chamada Pública de ATER.

II – A CHAMADA PÚBLICA DE ATER 06/2013 PARA A DIVERSIFICAÇÃO NAS ÁREAS DE CULTIVO DE TABACO

1. A Chamada Pública de ATER 06/2013

Chamada Pública 06/2013, publicada em agosto de 2013, foi “elaborada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - DATER/SAF/MDA, apresenta as orientações para contratação e execução de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nos Municípios que compõem os Estados Fumicultores da Região Sul, no contexto da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT)”¹⁰. A Chamada previa o atendimento a 11.200 famílias dos três estados da região Sul, durante 03 (três) anos e com um valor total de R\$ 52,6 milhões¹¹. Desta forma e como continuidade à Chamada Pública 04/2011, executada em 2011-2012, transformou-se na consolidação do Programa Nacional de Apoio à Diversificação.

Dentre as principais características e especificidades desta Chamada Pública, merecem ser destacadas seguintes questões:

- a) A duração da Chamada de 03 (três) anos (a anterior era de apenas um ano) permitia a execução de ações de forma mais continuada e com visão estratégica.
- b) A obrigatoriedade de declaração de não envolvimento da entidade executora com indústria fumageira, em consonância com o artigo 5.3 da CQCT como um critério de exclusão potencializou a seleção de entidades efetivamente comprometidas com as diretrizes da Convenção-Quadro e com o Programa de Diversificação.
- c) A obrigatoriedade de que, no mínimo, 50% das unidades de produção fossem coordenadas por mulheres e de que, no mínimo, 30% das atividades coletivas fossem realizadas exclusivamente com mulheres potencializou o protagonismo das mulheres e definiu explicitamente que as mudanças de paradigmas na família e na produção estão relacionadas com a participação efetiva das mulheres.
- d) A prioridade da Chamada contemplava as famílias envolvidas na produção de tabaco, mas permitia que até 20% pudessem ser famílias que haviam deixado de produzir tabaco depois de 2009 ou famílias jovens (com menos de 35 anos de idade) mesmo que nunca tivessem produzido tabaco. As razões para estas opções de alternativas estão vinculadas à permanente possibilidade de retorno à atividade para quem decide sair e o forte assédio da indústria, via seus orientadores técnicos, para o ingresso na atividade de famílias mais jovens.
- e) A permissão de substituição de famílias em até 20% do total, no caso de desistências ou explícito desinteresse na participação.
- f) A realização de atividades iniciais de capacitação com os técnicos e técnicas das entidades executoras por estado, agrupando várias entidades, contribuiu para dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, a compreensão do Programa de Diversificação e da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, bem como sobre os objetivos estratégicos da Chamada Pública. E, em segundo lugar, potencializou a articulação entre as entidades, consolidando a Rede Temática de Apoio à Diversificação, constituída desde 2007.
- g) O acompanhamento sistemático, pelo DATER e pela coordenação do Programa de Diversificação, às entidades executoras e suas equipes de trabalho, com dinâmicas

¹⁰ DATER/SAF/MDA, Edital da Chamada Pública para seleção de entidade executora de ATER pra agricultores familiares inseridos em municípios com produção de tabaco na região Sul do Brasil, Brasília, 2013.

¹¹ Em função de não ter havido nenhuma entidade concorrente para atuar na região metropolitana de Curitiba, o total de famílias atendidas foi de 10.720, com um total de recursos aplicados, nos três anos, na ordem de R\$ 48 milhões.

permanentes de avaliação e debates antecedendo a cada novo momento da Chamada, possibilitaram maior efetividade das ações e maior unidade no conjunto da execução da Chamada.

- h) E, por fim, a sistematização das informações das famílias participantes da Chamada Pública, com acesso imediato destas informações pelas executoras e seus técnicos e com a realização e divulgação de estudos e análises dos dados deram maior visibilidade ao Programa de Diversificação.

A Chamada Pública 06/2013 previa dois momentos de coleta de informações de todas as famílias participantes: no início da execução, com o preenchimento da “Caracterização Inicial” e no terceiro ano de execução, com o preenchimento da “Atualização da Caracterização”, ambas a serem realizadas durante uma visita em cada família, com duração de 04 (quatro) horas. Além disso, para 5% das famílias estava prevista a realização de uma “Caracterização Aprofundada”.

Infelizmente, a realização do segundo momento de atualização das informações ocorreu no momento politicamente conturbado com a troca de governo, extinção do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, mudanças profundas na equipe do DATER – Departamento de ATER e saída da pessoa responsável pelo Programa de Diversificação. Com isso, a proposta inicial de se efetivar uma comparação avaliativa entre os dois momentos da execução da Chamada envolvendo as entidades executoras não foi realizada. O estudo comparativo foi realizado, mas algum tempo depois do encerramento da execução da Chamada Pública.

2. As informações disponíveis na Chamada Pública de ATER 06/2013

Como foi descrito acima, esta Chamada Pública previa três formas de coleta de informações das famílias participantes: a Caracterização Inicial, a Atualização da Caracterização e a Caracterização Aprofundada. Como eram atividades obrigatórias, todas as entidades executoras realizaram estas ações, mas nem todas disponibilizaram as informações para a coordenação da Programa, particularmente as duas últimas.

Da Caracterização Inicial foi possível a sistematização dos dados de 8.386 famílias, representando 78,2% do total das famílias beneficiárias atendidas pela Chamada de ATER para a Diversificação, em 12 lotes (11 microrregiões).

Da Atualização da Caracterização, realizada no terceiro ano da Chamada, obteve-se uma quantidade inferior, em função do momento em que foi realizada, como dito anteriormente. Foram obtidas informações de 05 (cinco) do total de 08 (oito) entidades executoras. E as informações obtidas referem-se a 05 (cinco) microrregiões das 11 (onze) contempladas na Chamada Pública. O total das informações sistematizadas da Caracterização Atualizada, totalizando 3.985 famílias, equivalente a 40% das famílias beneficiárias, sendo estas das regiões Sul e Centro Oriental do Rio Grande do Sul, Vale do Itajaí e Planalto Norte de Santa Catarina e Centro Sul do Paraná. Coincidentemente, são as principais regiões produtoras de tabaco e onde esta cultura ou está estabilizada ou em franca expansão.

E da Caracterização Aprofundada foram obtidas informações de 254 famílias.

Para a análise do perfil das famílias participantes da Chamada Pública 06/2013, a base principal das informações será das 3.985 famílias da Atualização da Caracterização. Esta opção deve-se a dois motivos centrais. O primeiro é que análises do perfil das famílias com dados da caracterização

inicial já foram feitas e estão publicamente disponíveis¹². E o segundo motivo é que significará a análise do perfil das famílias que efetivamente participaram de um processo de uma ação concreta do Programa de Diversificação, podendo-se, inclusive, se fazer o comparativo de evolução e mudanças que ocorreram nestas famílias.

Para o comparativo de evolução e mudanças ocorridas entre o primeiro e o terceiro ano de execução da Chamada Pública serão utilizados dados de famílias das quais existem informações nos dois momentos, o que significa um total de 3.130 famílias.

E, excepcionalmente, será feita menção aos dados da Caracterização Aprofundada para análise de aspectos mais específicos.

3. A metodologia da análise das informações

Para a análise do perfil das famílias serão adotados os seguintes parâmetros metodológicos:

- a) Para a identificação do Perfil das Famílias, os itens que serão analisados serão distribuídos de acordo com os diferentes aspectos que compõem a abordagem dos Meios de Vida¹³: Capital Humano, Capital Natural, Capital Físico, Capital Econômico-financeiro e Capital Social.
- b) No Capital Humano, as famílias serão analisadas segundo os seguintes aspectos: composição quantitativa, gênero, idade média, presença de juventude, escolaridade, problemas de saúde, moradia e mobilidade.
- c) Para o Capital Natural, será observado a quantidade de terra disponível, a relação com a terra, o acesso à água e as práticas que contribuem ou prejudicam a conservação do solo e da água.
- d) Em relação Capital Físico, será analisada a presença de benfeitorias existentes na unidade de produção, a disponibilidade de máquinas e equipamentos, o tipo de energia elétrica utilizada e o acesso ao crédito por meio de Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
- e) No Capital Econômico-financeiro, além da identificação mais detalhada sobre a produção e a renda do tabaco, serão analisadas a renda agropecuária líquida, a remuneração do trabalho agrícola, as rendas não agrícolas, a renda total per capita e a produção para o autoconsumo.
- f) E, finalmente, no Capital Social serão avaliados os níveis de participação social na comunidade, em organizações econômicas e em organizações de representação político-social, assim como o acesso à informação e a relação com as ações de ATER.
- g) Todos estes aspectos, que se constituem na complexidade do perfil das famílias, serão avaliados a partir das informações da Atualização da Caracterização, ou seja, no terceiro ano da execução da Chamada Pública, com o total 3.985 famílias. Em geral, as tabelas e gráficos explicitarão estes dados. Mas, sempre se fará menção ao comparativo do que ocorreu com as famílias, entre o início e o último ano da execução da Chamada, para o que serão utilizadas informações das 3.130 famílias cujos dados foram identificados nas duas caracterizações.
- h) Sempre que as diferenças forem relevantes nos aspectos específicos as famílias serão agrupadas de duas formas: i) segundo a sua relação com a produção de tabaco, distinguindo-se aquelas que, no início, eram produtoras de tabaco e continuaram, as que não eram produtoras de tabaco e assim permaneceram e as que eram produtoras de tabaco e abandonaram a

¹² Cfr BONATO, A.A. Perfil da produção e da agricultura familiar produtora de tabaco na região Sul do Brasil – Um olhar a partir da concepção do desenvolvimento e diversificação dos Meios de Vida. PNUD, Curitiba, 2018.

¹³ Perondi, M. e Schneider, S. Bases teóricas da abordagem da diversificação dos meios de vida. In Revista de Desenvolvimento Rural, v. 17 n. 2, pp. 117-135. Santa Cruz do Sul, 2012.

atividade¹⁴; ii) segundo o nível de diversificação da família no início da Chamada de ATER, independentemente da sua relação com o tabaco: as Sem Diversificação, as de Baixa Diversificação, as de Média Diversificação e as de Boa Diversificação. O detalhamento destes conceitos será explicitado na sequência.

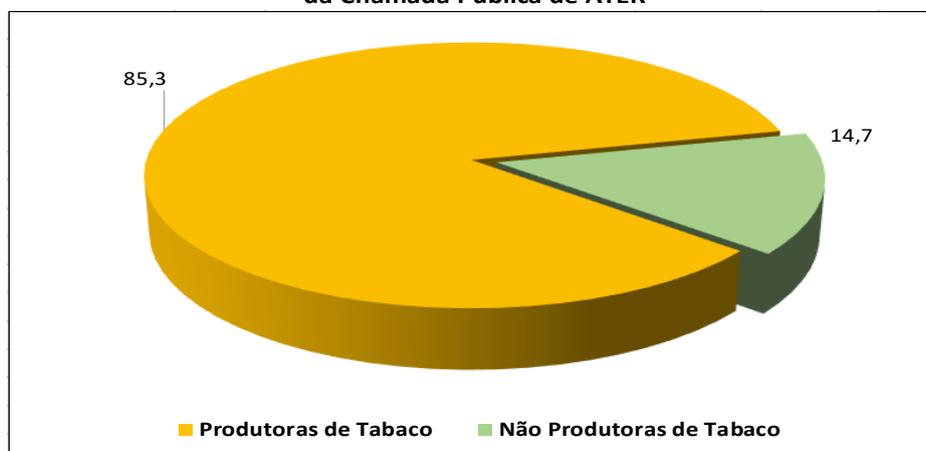
- i) Outro aspecto da análise do perfil das famílias será a identificação do Índice de Sustentabilidade e Desenvolvimento dos Meios Vida, cuja explicação do seu significado e formatação será feita logo adiante. Como, em cada indicador de perfil das famílias, estas serão agrupadas em estratos de acordo com o indicador, para cada um destes agrupamentos será explicitado o Índice Médio dos Meios de Vida e sua evolução entre o primeiro e o terceiro anos da execução da Chamada Pública de ATER.
- j) Como a origem dos dados são das famílias selecionadas pelas entidades executoras da Chamada Pública de ATER 06/2013, as informações e análises que serão aqui apresentadas não tem caráter estatístico não sendo representativos conjunto da agricultura familiar das regiões analisadas e nem do conjunto da agricultura familiar produtora de tabaco. Não se pode confundir e nem comparar a presente análise com pesquisas realizadas neste âmbito. No entanto, em função do quantitativo de famílias que são analisadas são dados que têm um peso significativo e devem ser considerados.
- k) No decurso desta análise, as unidades de produção serão geralmente denominadas famílias. Mas também será utilizada a denominação UPF – Unidade de Produção Familiar, conforme consta no edital da Chamada Pública. Atualmente a terminologia utilizada para a unidade de produção é UFPA – Unidade Familiar de Produção Agrária, conforme definição da Lei de ATER.

4. O olhar pelo viés da Relação com a Produção de Tabaco

Do total das 3.985 famílias ou UPFs (Unidades de Produção Familiar) que participaram da Chamada Pública de ATER 063/2013 e das quais se obteve informações na Atualização da Caracterização 85,3% eram ainda produtoras de tabaco e 14,7% não produziam tabaco, ou porque começaram a participar das ações de ATER já como não produtoras ou porque deixaram de produzir durante os dois anos de execução da Chamada.

GRÁFICO 01

Distribuição das UPFs segundo a relação com a Produção de Tabaco no Ano III da Chamada Pública de ATER



Fonte: Atualização da Caracterização das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

¹⁴ Excepcionalmente se fará referência às 21 famílias que não eram produtoras de tabaco e retornaram à esta atividade.

Mas, para mensurar a importância do Programa de Diversificação, concretizado pela Chamada Pública de ATER, e, especialmente avaliar os aspectos que potencializam ou dificultam a diversificação, bem como os desafios que necessitam ser enfrentados com maior efetividade, será muito importante observar o comportamento, durante o processo de execução da Chamada Pública de quatro grupos de famílias, conforme pode ser observado no Gráfico abaixo.

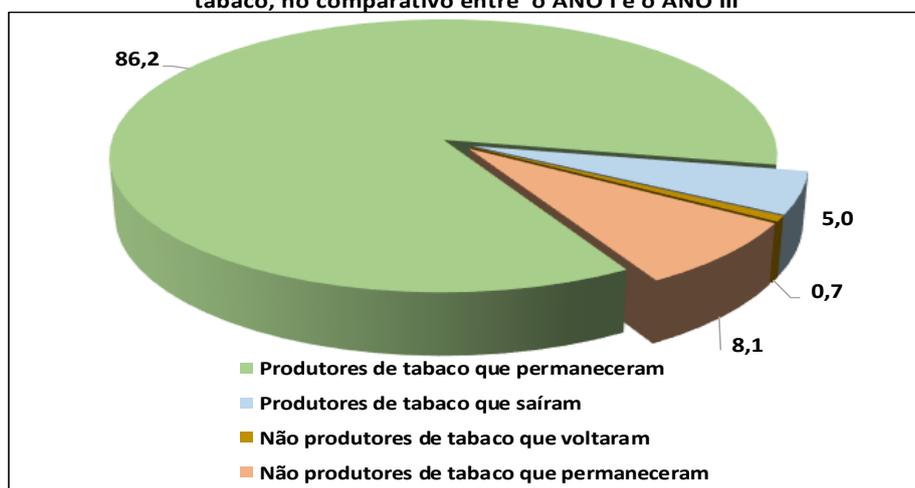
O primeiro grupo é o das 2.699 famílias (86,2% do total) que, no confronto dos dados entre o primeiro e o terceiro ano, eram produtoras de tabaco e assim permaneceram até o terceiro ano.

O segundo grupo, constituído por 253 famílias (8,1%) que iniciaram a Chamada como não produtoras de tabaco (a grande maioria havia deixado a atividade até três anos antes), resistiram e continuaram como não produtoras até o último ano.

O terceiro grupo, que demonstra que há dificuldades para se implementar processos de substituição radical da cultura do tabaco por outros sistemas de produção, é formado por 21 famílias (0,7% do total) que retornaram à produção do tabaco depois de já ter abandonado antes do início das ações de ATER.

GRÁFICO 02

Distribuição das UPFs, segundo as mudanças ou não na relação com a produção de tabaco, no comparativo entre o ANO I e o ANO III



Fonte: Caracterizações (Inicial e atualização) das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

Mas, há um importante quarto grupo de famílias, que representa 5% do total (1527 famílias) que, durante os dois primeiros anos de execução da Chamada Pública, abandonaram o cultivo do tabaco, permanecendo na atividade agrícola, com renda obtida a partir de outros sistemas de produção agrícola.

Sempre que for considerado importante, os vários indicadores de Perfil das Famílias que serão identificados neste estudo serão analisados a partir deste olhar da relação das famílias com a cultura do tabaco.

5. O olhar pelo viés do nível de Diversificação da Renda Agrícola

Outro aspecto que se considera importante para identificar a realidade das famílias e, assim, buscar identificar os desafios e potencialidades para se implementar propostas de diversificação nas unidades de produção que ainda dependem da renda e da atividade do tabaco, é como cada aspecto dos meios de vida se relaciona com a própria diversificação já existente ou em processo de efetivação.

Para a definição do Nível de Diversificação será utilizado o IDRA – Índice de Diversificação da Renda Agropecuária, conforme fórmula desenvolvida por Andrade (1995) para medir a

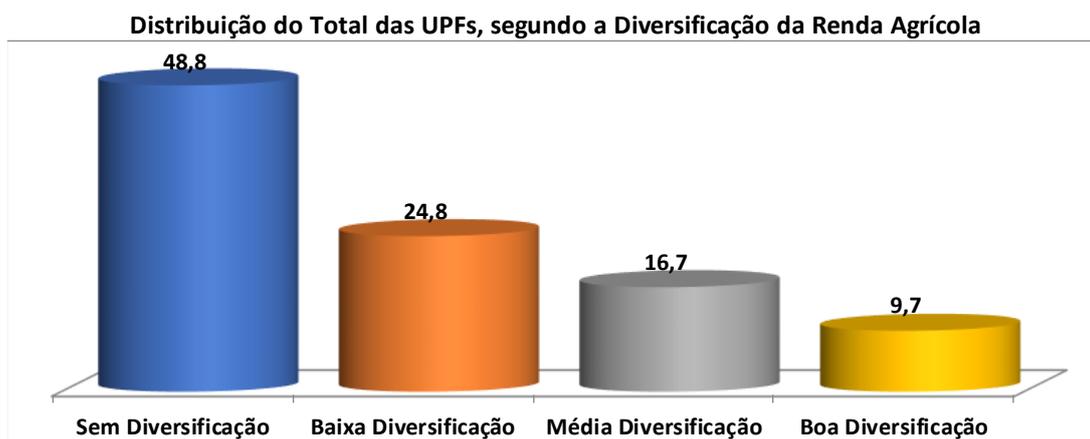
desconcentração da renda familiar, e também utilizada por Zotti¹⁵ e outros autores que utilizam o conceito dos meios de vida. A fórmula desenvolvida por Andrade é explicitada na seguinte expressão: $IDR = 1/\sum Fi^2$, onde i) 1 representa a renda total; ii) F_i representa a fração da renda bruta total proveniente de cada diferente renda obtida, sendo cada uma elevada à segunda potência; iii) A renda total dividida pela soma de cada renda específica resulta no Índice de Diversificação. Para o IDRA são utilizadas apenas a renda monetária bruta proveniente da comercialização dos produtos agrícola e pecuários.

Desta forma, quanto mais próximo da unidade (1,000) for o índice, menor será a diversificação, sendo que o índice “1,000” indica uma única fonte de renda. Assim também, quanto mais fontes de renda e quanto menor for a diferença entre as frações de renda maior será o índice.

Para a estratificação dos níveis de diversificação, os parâmetros utilizados serão: Sem Diversificação = 1,000; Baixa Diversificação = 1,001 até 1,500; Média Diversificação = 1,501 até 2,000; Boa Diversificação = 2,001 ou mais.

Com isso, o conjunto das famílias, independentemente da sua relação com a produção de tabaco e de acordo com a sua realidade apresentada pela Atualização da Caracterização (Ano 3), ficaram distribuídas conforme apresentado pelo Gráfico que segue:

GRÁFICO 03



Fonte: Atualização da Caracterização das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

6. O olhar pelo viés da Sustentabilidade e Desenvolvimento dos Meios de Vida

Já está bem consolidada, sobretudo após a grande contribuição do Prêmio Nobel de Economia de 1998, Amartya Sen, que só é possível um real Desenvolvimento a partir de uma visão de integralidade dos aspectos da vida das pessoas e das sociedades. A construção do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano tem origem nesta concepção. Para a compreensão da sustentabilidade da agricultura familiar todas as concepções mais recentes têm adotado a visão holística como fundamento das análises e das práticas.

A concepção e a abordagem dos Meios de Vida (*Livelihoods*), adotada formalmente pela Conferência das Partes da CQCT, em 2016, na Rússia, como método de análise de metodologia

¹⁵ Zotti, C. F. Meios de vida alternativos à cultura do tabaco nos municípios de Capanema e Planalto - PR. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 2010.

de ação para a implementação dos artigos 17 e 18 da Convenção, ratificam e formalizam a importância do olhar para além do economicismo e da visão meramente produtivista¹⁶.

No Brasil, esta concepção tem sido bastante estudada e divulgada pelos professores Sérgio Schneider¹⁷ e Miguel Perondi¹⁸, que, inclusive, deram importantes contribuições com o seu assessoramento ao Programa Nacional de Diversificação, à CONICQ e ao Grupo de Trabalho dos Artigos 17 e 18 da CQCT¹⁹. Para a definição dos indicadores, foi também utilizada a importante contribuição da tese de Mestrado de Cleimary Zotti, que trabalhou a abordagem dos meios de vida junto a famílias produtoras de tabaco na região Sudoeste do Paraná²⁰.

Para a construção do Índice de Sustentabilidade e Desenvolvimento do Meios de Vida, primeiramente são definidos os Índices para cada um dos 05 (cinco) Capitais (capacidades ou ativos) que compõem a abordagem dos Meios de Vida: a) Capital Humano; b) Capital Natural; c) Capital Físico; d) Capital Econômico-financeiro; e) Capital Social.

A partir das informações disponíveis na Caracterização Inicial e na Atualização da Caracterização, e tendo por base as orientações teóricas dos autores supracitados, foram organizados diferentes indicadores em cada um dos 05 capitais, sendo que em cada indicador, para cada uma das famílias foi atribuído um valor de 1 a 5, adotando-se o padrão da escala estatística Likert²¹, de acordo com a situação da família no estrato do indicador. Nos indicadores que não comportavam cinco alternativas, a valoração foi atribuída, de forma subjetiva, mas fundamentada, omitindo-se uma ou duas alternativas de valor.

Os Indicadores utilizados para Índice do Capital Humano foram: a) Composição familiar (número de pessoas componentes da família, idade média da família, presença de juventude na família); b) Quantidade de unidades de trabalho na família; c) Escolaridade média da família; d) Problemas de saúde explicitados pela família; e) Situação da moradia (tipo e condição); f) Condições de mobilidade (transporte utilizado e distância em relação à sede do município). Os itens entre parêntesis são sub-indicadores que, a partir da média, formaram o valor do indicador. O índice de Capital Humano foi resultante da média aritmética dos seis indicadores.

Os Indicadores utilizados para Índice do Capital Natural foram: a) Área total de terra disponível; b) Relação de posse com a terra; c) disponibilidade e acesso à água; d) práticas consideradas positivas à preservação do solo e água; e) práticas consideradas negativas para a conservação do solo e água, totalizando cinco indicadores. A média aritmética deu origem ao Índice do Capital Natural.

¹⁶ Ministério da Saúde – Instituto Nacional do Câncer, Opções de Políticas e Recomendações sobre Alternativas Economicamente Sustentáveis para o Cultivo do Tabaco (com relação aos artigos 17 e 18. Tradução livre (não oficial) da Secretaria Executiva da Conicq. Rio de Janeiro. 2016.

¹⁷ Sérgio Schneider é Doutor em Sociologia pela UFRGS/Université de Paris X (1999), com pós-doutorado no Institut of City and Regional Planning, na Cardiff University/Wales/UK (2007-2008). Professor Adjunto IV do Departamento de Sociologia e do PPG-Sociologia, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e de Sociologia da UFRGS

¹⁸ Miguel Ângelo Perondi, graduado em Agronomia pelo UFPR, Curitiba - PR, com mestrado em Administração pela UFLA, Lavras – MG, doutorado em Desenvolvimento Rural pela UFRGS – Porto Alegre – RS, é professor e coordenador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR de Pato Branco - PR.

¹⁹ Perondi, M. e Schneider, S. Bases teóricas da abordagem da diversificação dos meios de vida. In Revista de Desenvolvimento Rural, v. 17 n. 2, pp. 117-135. Santa Cruz do Sul, 2012.

²⁰ Zotti, C. F. Meios de vida alternativos à cultura do tabaco nos municípios de Capanema e Planalto - PR. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 2010.

²¹ Reis, E. et alii, Estatística aplicada. 6ª edição. Lisboa. 2015.

Os Indicadores utilizados para Índice do Capital Físico foram: a) As benfeitorias (benfeitorias de tipo 01, benfeitorias de tipo 02 e benfeitorias de tipo 03); b) As máquinas e equipamentos; c) O tipo de energia elétrica utilizada na produção d) O acesso ao Pronaf. O indicador das benfeitorias foi construído a partir de uma média aritmética ponderada de três tipos de benfeitorias constituídos considerando-se uma estimativa de valor de investimento de cada uma delas. Para as benfeitorias de maior investimento atribui-se o valor 3, para as de médio investimento o valor 2 e para as de menor investimento o valor 1. A inclusão do Pronaf neste item deveu-se ao fato deste ser um dos principais instrumentos de acesso a investimentos pela agricultura familiar. O Índice do Capital Físico é a média dos quatro indicadores.

Os Indicadores utilizados para Índice do Capital Econômico-financeiro foram: a) A renda líquida familiar proveniente do total da atividade agropecuária; b) A participação da renda do tabaco na renda agropecuária; c) A renda agropecuária líquida por unidade de trabalho; d) A renda não agrícola; e) A renda total per capita; f) O IDRA – Índice de Diversificação da Renda Agrícola; g) o IDRT – Índice de Diversificação da Renda Total; h) A produção para autoconsumo. A média destes oito indicadores resultou no Índice do Capital Econômico-financeiro.

E os Indicadores utilizados para Índice do Capital Social foram: a) A participação em processos organizativos comunitários locais; b) A participação em organizações econômicas; c) A participação em organizações político-representativas; d) O acesso à informação e comunicação. O índice de Capital Social é a média dos quatro indicadores.

Como síntese dos cinco índices se tem o Índice de Sustentabilidade e Desenvolvimento dos Meios de Vida, que pode ser construído de duas formas: a) como **Índice Geral Médio**, a partir de uma média simples dos cinco índices; b) como a **Área do Polígono**, que também é construído a partir dos valores dos cinco índices, que permitem construir a figura geométrica de um pentágono e, a partir daí, mensurar a sua área, que é a soma da área dos 05 triângulos que formam o pentágono, considerando-se a seguinte fórmula para a área de cada triângulo: $(a \times b \times \text{seno } 72^\circ)/2$.

Para exemplificar, a Tabela e o Gráfico, a seguir, expressam os valores da média dos índices de todas as 3.130 famílias com dados dos indicadores do primeiro e do terceiro ano.

A Tabela expressa o valor de cada um dos índices para o primeiro e o terceiro ano da Chamada Pública, com a variação percentual entre os dois anos. Como pode ser observado, todos os índices, na média das famílias evoluíram positivamente. O Índice Geral Médio, que foi de 3,278 no terceiro ano, aumentou em 3,9% em relação ao primeiro ano. Como a maior média possível é 5,000 significa que a média ficou a 65,6% do Índice Ideal. Obviamente que o ideal é sempre relativo, pois os parâmetros são definidos a partir dos dados do conjunto dos envolvidos na avaliação.

TABELA 04

Índices Médios de Sustentabilidade e Desenvolvimento dos Meios de Vida das famílias participantes da Chamada Pública de ATER 06/2013(2014-2016)

Período	Capital Humano	Capital Natural	Capital Físico	Capital Econômico	Capital Social	Índice Geral Médio		Área do Polígono	
						Índice	% do ideal	Área	% do ideal
Ano 1 - 2014	3,476	3,440	3,456	2,876	2,525	3,154	63,1	23,7	39,86
Ano 3 - 2016	3,552	3,564	3,601	2,922	2,752	3,278	65,6	25,6	43,06
Variação %	2,2	3,6	4,2	1,6	9,0	3,9	3,9	8,0	8,0

Fonte: Chamada Pública de ATER 06/2013, Caracterização inicial e atualizada

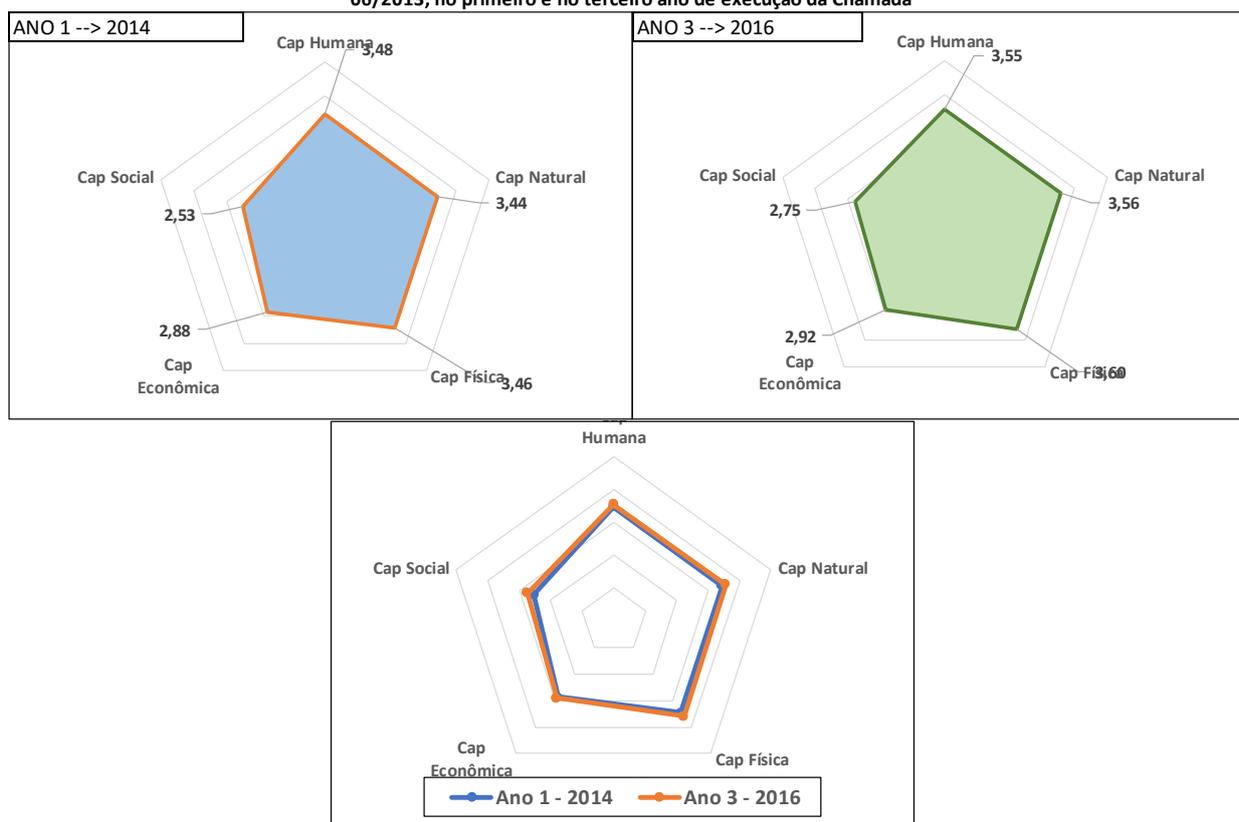
Nas duas últimas colunas, está colocada a mensuração da área do polígono que aparece no Gráfico abaixo. Será sempre um índice inferior porque as áreas extremas do polígono são maiores que as centrais. A vantagem da averiguação da área é que ocorre uma articulação entre os diferentes

valores, cada um “interagindo” com o outro, e a mensuração vai além de uma simples média aritmética. Os percentuais em relação ao ideal comparam o valor da área com a área máxima possível que, no presente estudo, sempre será de 59,44.

E o Gráfico apresenta as figuras geométricas dos dois anos, com os valores de cada capital no vértice dos ângulos, representado o mesmo valor do índice da tabela acima (em duas casas decimais). Pela figura é possível perceber o equilíbrio e a harmonia, ou não, entre os diversos capitais.

GRÁFICO 04

Índice de Sustentabilidade e Desenvolvimento dos Meios de Vida, na média das 3.130 famílias participantes da Chamada Pública de ATER 06/2013, no primeiro e no terceiro ano de execução da Chamada



Fonte: Chamada Pública de ATER 06/2013 - Caracterização Inicial e Atualizada

Já a figura inferior do Gráfico compara os dois anos, apenas sobrepondo as duas figuras, como forma visual de se observar a evolução, que, como vimos nesse caso, foi positiva para todos os 5 capitais.

III – O PERFIL DAS FAMÍLIAS BENEFICÁRIAS DA CHAMADA PÚBLICA DE ATER 06/2013

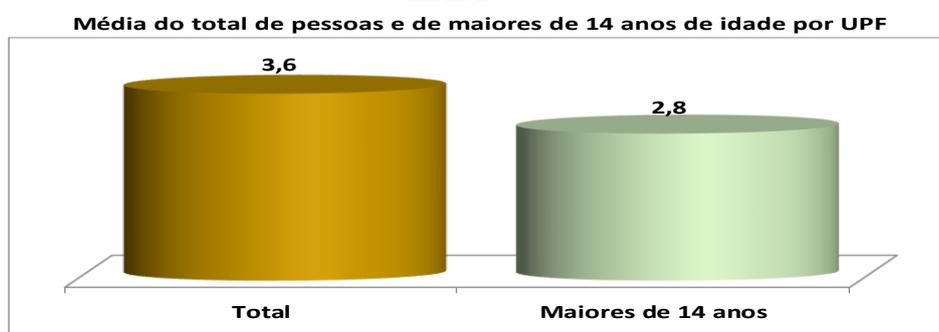
1. OS INDICADORES DE CAPITAL HUMANO

1.2. Famílias pouco numerosas

A cultura do tabaco é uma atividade que demanda muita mão-de-obra. E a mão-de-obra familiar é cada vez mais importante, em função do alto custo da mão-de-obra contratada e das pressões do Ministério Público do Trabalho pela formalização das contratações. O plantio de quantidade proporcional à mão-de-obra existente e a troca de dias de serviço entre parentes e vizinhos tem sido uma saída para a contínua redução da taxa de natalidade rural (e, portanto, do número de membros da família). As mudanças tecnológicas redutoras de mão-de-obra são as alternativas propostas pelas indústrias.

Como pode ser visto no Gráfico abaixo, a média de pessoas por família é pequena, sendo de 3,6 pessoas quando se considera o total das pessoas e de apenas 2,8 pessoas quando se considera somente quem tem mais de 14 anos de idade.

GRÁFICO 05



Fonte: Atualização da Caracterização das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

O maior número de famílias tem 03 pessoas (31,5%), seguidas daquelas com 04 pessoas (29,2%). Cerca de 17,4% são apenas 02 pessoas, geralmente o casal (mais novos ou mais idosos). E há ainda 20,3% de famílias que são constituídas por 05 ou mais pessoas.

Entre as famílias não produtoras de tabaco essa média cai mais, sendo de 3,4 pessoas no total e 2,7 entre os maiores de 14 anos. Mas o avanço na diversificação da renda agrícola tem a ver com maior disponibilidade de mão-de-obra.

Na Tabela a seguir, verifica-se que a quantidade de pessoas na família está relacionada aos melhores indicadores de sustentabilidade e desenvolvimento. Embora as diferenças não sejam tão expressivas, as famílias com 05 ou mais pessoas têm índices superiores às demais. No entanto, verificou-se um potencial de avanço levemente maior nas famílias com menos pessoas.

TABELA 05

ÍNDICE de DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE DOS MEIOS DE VIDA, no comparativo entre o Ano I e o Ano III, por grupos segundo a quantidade de pessoas por família

ÍNDICES	ANO	02 pessoas		03 pessoas		04 pessoas		05 e mais pessoas	
		ÍNDICES	VAR %	ÍNDICES	VAR %	ÍNDICES	VAR %	ÍNDICES	VAR %
ÍNDICE TOTAL MÉDIO	Ano I	3,078	4,2	3,121	4,2	3,187	3,6	3,238	3,8
	ANO III	3,206		3,252		3,302		3,362	
ÁREA DO POLÍGONO	Ano I	22,6	8,6	23,2	8,6	24,2	7,4	24,9	7,8
	ANO III	24,5		25,2		26,0		26,9	

Fonte: Caracterizações Inicial e Atualizada das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

Mas, apesar dessas diferenças, fica claro que não é a quantidade de pessoas o fator mais determinante para a qualidade dos meios de vida como um todo.

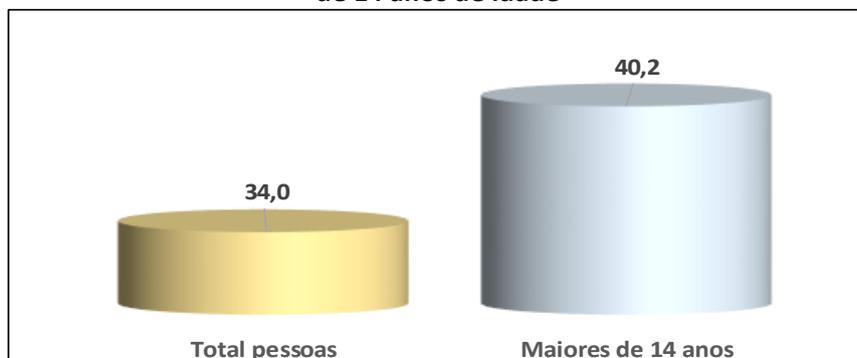
No entanto, o que mais chama a atenção são as mudanças na composição familiar de 622 famílias (19,9% do total), no curto espaço de tempo. A saída de alguma pessoa atingiu 316 famílias (10,1%). A maioria das pessoas que saíram foram jovens que, por diferentes motivos (sendo um deles o casamento), foram para a cidade ou permaneceram na atividade agrícola. Saíram jovens de 193 famílias (6,2%). Mas, também houve falecimentos, pessoas idosas, geralmente os pais, que foram morar com outros filhos. E, embora raros, também houve separação de casal, com a saída de um deles da unidade de produção.

As mudanças em termos de acréscimo de pessoas ocorreram em 368 famílias (11,8% do total). A grande maioria foi nascimento de filhos. Nasceram crianças em 210 famílias (6,7%). Mas também houve novos jovens na família, tanto em função do retorno de jovens, como em função de casamento em que o novo casal continuou a morar junto com a família. A presença de novos jovens ocorreu em 3,5% das famílias e esse é um aspecto que pode ser considerado expressivo, em que as ações de ATER podem ter tido alguma contribuição, com a geração de expectativas positivas.

1.3. Famílias jovens e com muitas pessoas jovens

O Gráfico abaixo mostra que a idade média das famílias é de 34 anos, quando são consideradas todas as pessoas e de 40,2 anos, quando são consideradas somente quem tem mais de 14 anos de idade.

GRÁFICO 06
Idade Média das Famílias, considerando o total das pessoas e maiores de 14 anos de idade



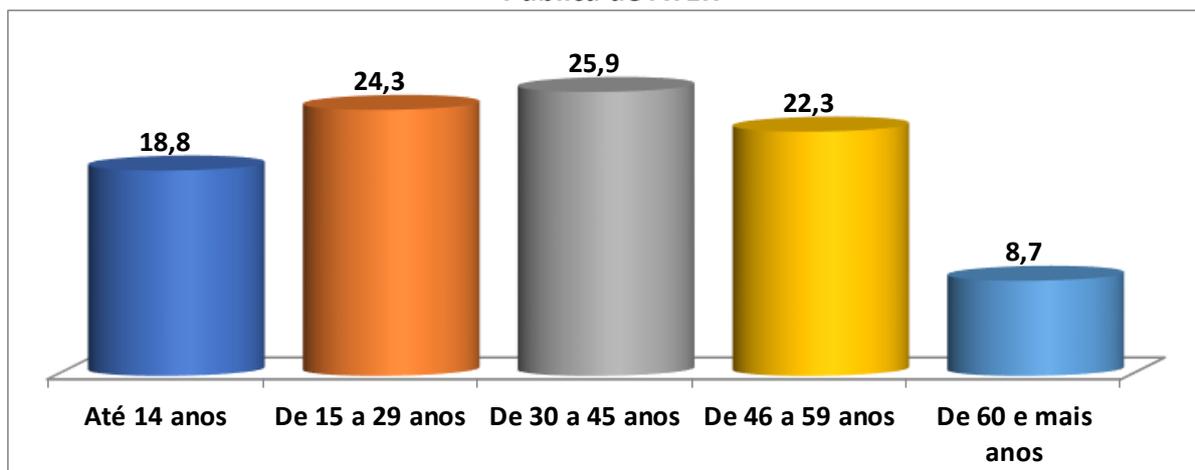
Fonte: Atualização da Caracterização das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

Complementando esta informação da média de idade, o Gráfico a seguir, faz uma distribuição do total das pessoas por faixa etária. Quase 70% das pessoas têm menos de 45 anos de idade e 43% têm menos de 30 anos. Enquanto se aprofunda um forte debate sobre o envelhecimento da população rural e da agricultura familiar, nas regiões produtoras de tabaco e, especialmente, nas famílias produtoras de tabaco, esta temática ainda é distante. Quase um quarto da população total dessas famílias (24,3%) situa-se na faixa oficialmente definida como juventude (15 a 29 anos de idade), diferentemente da visível realidade do avassalador êxodo da juventude de outras regiões rurais.

Embora num quantitativo menor, em função da crescente redução da taxa de natalidade, a próxima geração de jovens, daqui a quinze anos, embora menor que a atual ainda será significativa (18,8%), caso o atrativo pela cidade não se torne o fascínio para esta geração.

GRÁFICO 07

Distribuição das pessoas no Total UPFs, segundo a IDADE, no 3o ano da Chamada Pública de ATER



Fonte: Atualização da Caracterização das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

E este fator da idade das famílias e da forte presença de juventude, caracterizando-se como famílias jovens, se constituem como os grandes desafios para as ações do Programa de Diversificação. Devido à forte demanda de trabalho manual na cultura do tabaco, há um nítido assédio das indústrias sobre estas famílias, com a proposta de retorno imediatista em termos de renda.

Além disso, como será visto de forma mais nítida na questão da escolaridade, a atual geração de juventude é um marco divisório muito claro ao que foi a agricultura familiar até 15 anos atrás. E a grande questão que se coloca é até que ponto as metodologias de ATER e os processos pedagógicos das ações de ATER estão preparadas e adequadas a essa nova realidade.

Comparando-se produtores e não produtores de tabaco, neste item de idade há significativas diferenças: a média de idade das famílias é de 33,6 e de 39,7 anos, respectivamente para produtores e não produtores.

Na distribuição das pessoas pelas faixas etárias, enquanto de 0 a 14 anos, o percentual é exatamente o mesmo (18,7%), entre os não produtores reduz a presença da juventude e também das pessoas de 30 a 45 anos de idade. Juntando estas duas faixas (15 a 45 anos), há 51,3% entre os produtores de tabaco contra 43,7% entre os não produtores.

Já entre os não produtores aumenta o quantitativo de pessoas com 60 anos ou mais, representando 13,7%, sendo que para os produtores de tabaco este grupo de pessoas é de apenas 7,9%.

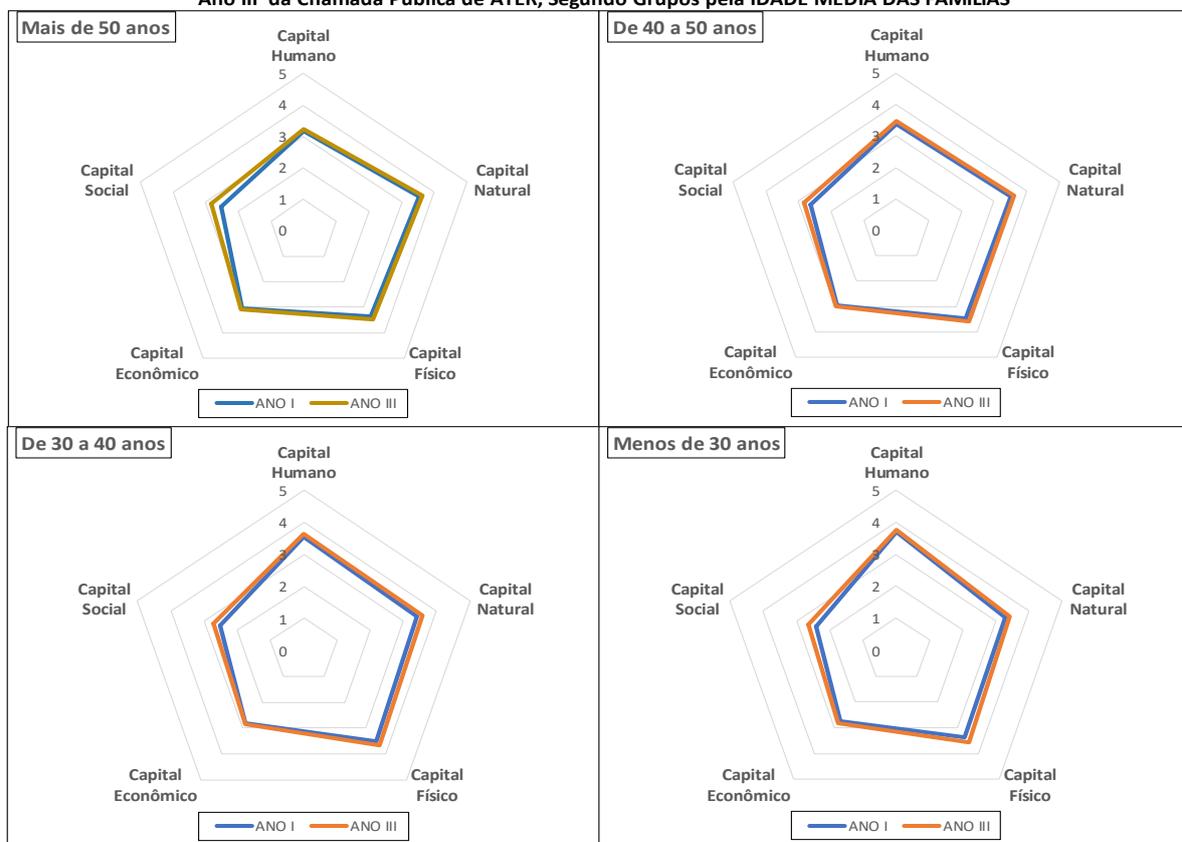
No comparativo a partir dos níveis de diversificação, há uma ligeira presença maior de juventude nas famílias sem diversificação e as com baixa diversificação em relação àquelas com média e boa diversificação. Mas quando se compara os dois períodos (primeiro e terceiro ano) aumenta a participação de jovens e das pessoas com idade entre 30 e 45 anos onde boa diversificação e reduz onde há ausência de diversificação. Isso representa que há uma resposta positiva (pequena ainda) da juventude para a proposta de diversificar as fontes de renda agrícola.

Já nas famílias que, durante a execução da Chamada de ATER deixaram de produzir tabaco, percebe-se duas situações em relação aos grupos de idade: aumento considerável de quem tem acima de 60 anos e também aumento de pessoas com 30 a 45 anos. A saída do tabaco tem a ver com o avanço da idade, mas também com uma opção consciente das famílias, com a forte influência dos “adultos jovens” nesta tomada de decisão. Há uma nítida presença das ações de

ATER neste sentido. Mas, aparentemente, esta opção ainda não está colocada de forma clara para as pessoas mais jovens.

GRÁFICO 08

Visualização Gráfica da Sustentabilidade e Desenvolvimento dos Meios de Vida das Famílias, no comparativo entre o Ano I e o Ano III da Chamada Pública de ATER, Segundo Grupos pela IDADE MÉDIA DAS FAMÍLIAS



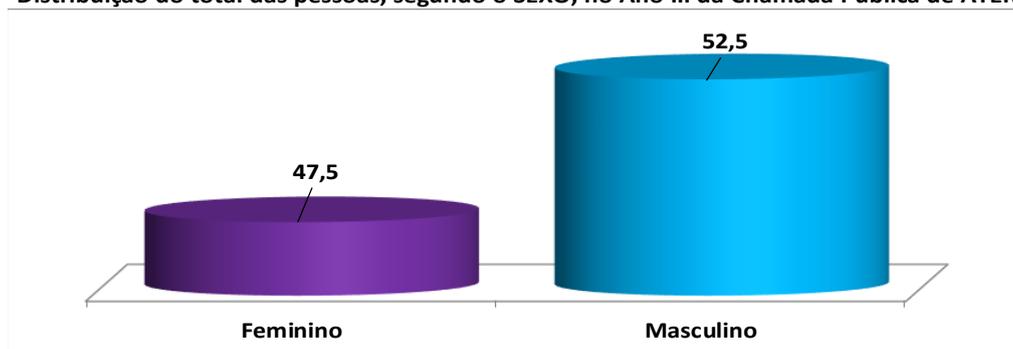
Fonte: Caracterizações Inicial e Atualizada das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

1.4. Famílias com maioria masculina e muita força feminina

Diferente do que foi percebido em relação à idade, o processo de masculinização do campo também é real nas regiões produtoras de tabaco. E os dados das famílias participantes da Chamada Pública de ATER 06/2013 também indicam este fenômeno: as pessoas do sexo masculino representam 52,5% do total, quanto que as do sexo feminino são 47,5% do total, conforme o Gráfico abaixo. Em números absolutos, nas 3.985 famílias analisadas, com um total próximo de 14.200 pessoas, há 700 pessoas a mais do sexo masculino.

GRÁFICO 09

Distribuição do total das pessoas, segundo o SEXO, no Ano III da Chamada Pública de ATER



Fonte: Atualização da Caracterização das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

A Chamada de ATER para a diversificação apostou na prioridade das ações com as mulheres. No mínimo, 50% da titularidade das UPFs beneficiárias deveria ser de mulheres e, no mínimo, 30% das atividades coletivas deveriam ser exclusivamente com mulheres. Além do estímulo ao protagonismo das mulheres, geralmente marginalizadas nos processos de implementação das políticas públicas, estas determinações partiam do princípio de que a participação das mulheres é decisiva e determinante para se alcançar processos de mudanças mais profundas, como é a decisão pela saída da dependência e a opção por dinâmicas de diversificação. A questão é saber se este foi um caminho correto e se produziu os resultados desejados.

Infelizmente, os dados “falam” pouco sobre isso, mas mesmo assim o pouco que dizem, aliado à visibilidade destas ações no decorrer da execução da Chamada Pública, nos permitem afirmar que a proposta desta orientação está muito correta, que ela foi efetiva, embora ainda hajam desafios enormes a ser enfrentados sob este aspecto de uma ATER que considere as relações de gênero.

Um primeiro aspecto a ser analisado é em qual faixa etária ocorrem as principais diferenças numéricas de gênero. O Sexo feminino, com exceção na idade entre 0 e 14 anos, onde o feminino representa 50,2%, ele é minoria em todas as demais faixas etárias, mas é na faixa da juventude onde ocorre a maior diferença, sendo que aí as mulheres representam apenas 45,5% desse público. O casamento das moças com idade menor que a dos rapazes e a falta de perspectiva na atividade agrícola para a juventude feminina são reais e se apresentam como desafio para o debate da questão de gênero.

No entanto, quando se compara os dois períodos da Chamada de ATER, com as mesmas famílias, verifica-se um leve aumento na participação feminina, uma vez que, no primeiro ano elas representavam 47,2% e no terceiro ano passaram a ser 47,5%. Pode ser pouco, mas indica uma resistência ao processo de masculinização.

Ainda no comparativo entre os dois períodos, as UPFs melhor diversificadas (média e boa diversificação) e com a titularidade de mulheres aumentaram de 25% para 27%, o que significou uma redução proporcional naquelas sem ou com baixa diversificação.

Outros aspectos que demonstram claramente a efetiva participação das mulheres são o avanço na produção para o autoconsumo, a melhoria nas hortas caseiras, as rendas provenientes do leite, da agroindustrialização (panificados, doces, conservas), da produção de hortaliças, de frutas (como o morango), do artesanato, a melhoria na qualidade da alimentação. Mas, sobretudo, quem pode visualizar e vivenciar a alegria irradiante no semblante das mulheres numa atividade coletiva percebeu a certeza do avanço do empoderamento das mulheres no processo da Chamada de ATER.

1.5. Escolaridade ainda baixa, mas no rumo de significativos impactos e mudanças

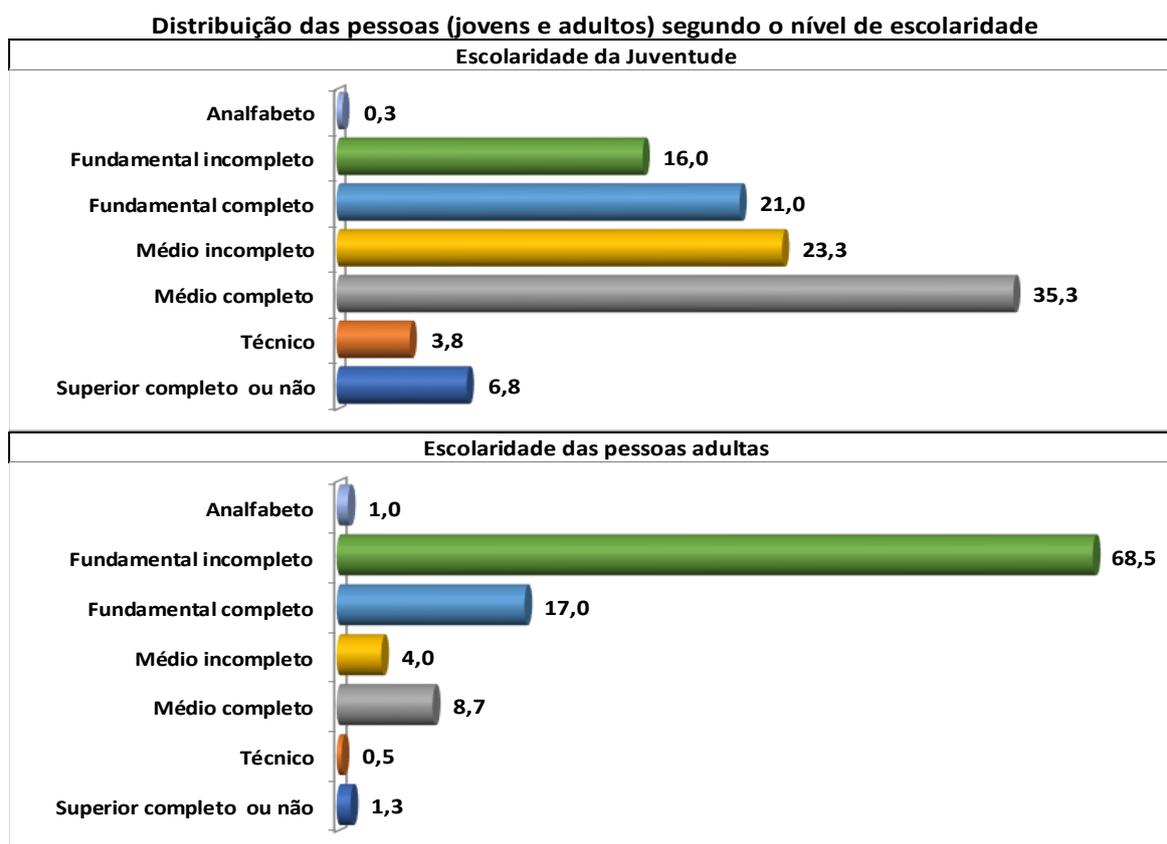
O Índice de escolaridade das famílias é um dos aspectos que está passando por profundas mudanças no espaço rural, com diferenças enormes entre a geração da atual juventude, que vive ou viveu recentemente a relação direta com a escola e a geração constituída pelos pais e avós da juventude atual.

O analfabetismo já está praticamente vencido há algum tempo nestas regiões e nas famílias que participaram da Chamada Pública de ATER: apenas 0,8% da população maior de 14 anos identifica-se como analfabeta. No entanto, mais da metade (52,1%) dessas pessoas não concluíram o ensino fundamental e mais 17,7% possuem somente o fundamental completo. Ou seja, do conjunto das pessoas envolvidas na Chamada e aqui analisadas menos de 30% possui um nível de escolaridade acima do ensino fundamental.

No entanto, pretende-se destacar aqui as diferenças no nível de escolaridade entre a juventude (15 a 29 anos) e os adultos (30 anos e mais de idade), resultado de um avanço expressivo na política educacional e na garantia do direito de acesso à escola no período pós Constituição de 1988 e, particularmente, nos últimos 20 anos.

Enquanto 68,5% dos adultos não completaram o ensino fundamental, 69,2% da juventude tem uma escolaridade acima do ensino fundamental, sendo que uma grande parte dessa juventude ainda está frequentando a escola. Para os adultos, a chance de avanços na escolaridade é quase nenhuma.

GRÁFICO 10



Fonte: Atualização da Caracterização das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

Mais de 10% da juventude cursou ou ainda está cursando ensino técnico ou ensino superior. Para os adultos este quantitativo não chega a 2% (e, provavelmente, pessoas na faixa dos 30 a 40 anos).

Se o nível de escolaridade é um fator fundamental para a renda, como indicam vários estudos²², há uma clara tendência para a ampliação da renda no campo nas próximas décadas.

Entre os não produtores de tabaco, o percentual de jovens que apenas concluíram o ensino médio é idêntico aos jovens de famílias produtoras de tabaco (33%). Mas há uma grande diferença no acesso da juventude não produtora de tabaco quando se trata de ensino técnico e superior (17,3%) em comparação aos jovens produtores de tabaco (apenas 9%). Neste sentido, pode-se afirmar que o maior acesso à escolaridade de membros da família contribui para a saída do cultivo do tabaco. Ou também pode-se afirmar que o trabalho na cultura do tabaco pela juventude dificulta que sua escolaridade vá além do ensino fundamental e médio.

²² Salvato, M.A, Gomes Ferreira, P.C., Duarte, A. J. O impacto da escolaridade sobre a distribuição da renda. In Estudos Econômicos, Vol.40, N.04. São Paulo, 2010.

É igualmente nítida a influência do nível de escolaridade das pessoas em relação à diversificação. Nas famílias sem diversificação é maior a presença de pessoas com apenas o ensino fundamental (incompleto e completo). Já nos níveis de média e boa diversificação é sempre maior a presença de pessoas com ensino médio completo, com ensino técnico e ensino superior.

Quando se faz uma média da escolaridade na família com todas as pessoas maiores de 14 anos, entre os sem diversificação 56,5% está abaixo do ensino fundamental, sendo que nas famílias com boa diversificação é de 47,6%. Com uma boa escolaridade média (acima do ensino médio), estão 4,6% das sem diversificação e 8,7% das com boa diversificação.

Os dados da Tabela e do Gráfico sobre os índices dos meios de vida explicitam a importância da educação, sob dois aspectos. Quanto maior o nível educacional melhor é a realidade de sustentabilidade e desenvolvimento dos meios de vida. O único capital que é melhor na baixa escolaridade é o capital social, muito provavelmente pela maior participação na comunidade e nas entidades sindicais. O outro aspecto é, também com a exceção do capital social, o maior avanço que houve entre os dois momentos da execução da chamada.

TABELA 06

Índice de Sustentabilidade e Desenvolvimento dos Meios de Vida (2014-2016), segundo dois níveis de escolaridade média das famílias

Relação produção	Período	Capital Humano	Capital Natural	Capital Físico	Capital Econômico	Capital Social	Índice Médio	Área Polígono
Baixa escolaridade	Ano 1 - 2014	3,320	3,431	3,385	2,817	2,509	3,092	22,80
	Ano 3 - 2016	3,348	3,564	3,525	2,859	2,790	3,217	24,68
	Variação %	0,8	3,9	4,1	1,5	11,2	4,0	8,3
Boa escolaridade	Ano 1 - 2014	3,974	3,351	3,484	3,063	2,495	3,273	25,31
	Ano 3 - 2016	4,094	3,514	3,670	3,183	2,647	3,421	27,68
	Variação %	3,0	4,8	5,3	3,9	6,1	4,5	9,4

Fonte: Chamada Pública de ATER 06/2013, Caracterização inicial e atualizada

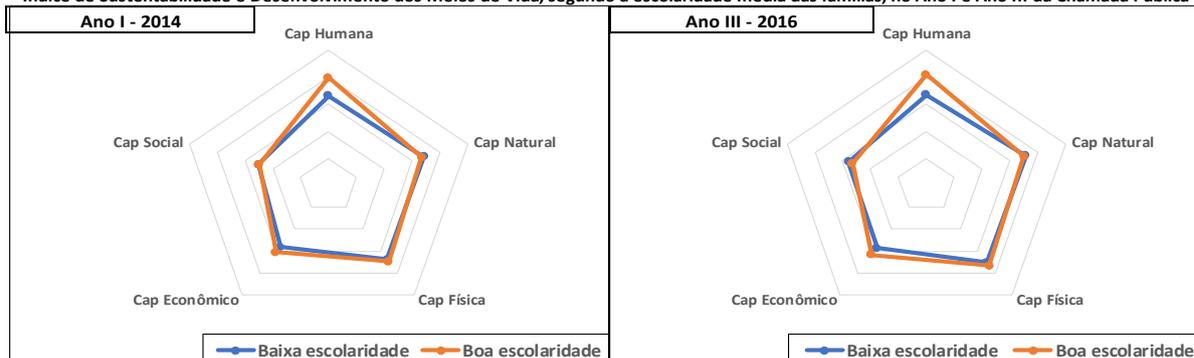
Baixa escolaridade (ensino fundamental completo ou menos); Boa escolaridade (ensino médio completo ou mais)

O melhor nível de escolaridade permite que as pessoas respondam com mais efetividade aos estímulos, como o estímulo provocado pelas ações de ATER.

O Gráfico apresenta a mesma informação da tabela, de forma visual, comparando, nos dois anos, os dois níveis de escolaridade explicitados (é importante dizer que estes dois níveis são extremos e que não representam a totalidade a totalidade das famílias segundo a escolaridade). Além da grande diferença no capital humano, o que passa a significar uma fantástica oportunidade a ser potencializada, há sempre diferença no capital econômico-financeiro, o que o representa resultado em termos de renda.

GRÁFICO 11

Índice de Sustentabilidade e Desenvolvimento dos Meios de Vida, segundo a escolaridade média das famílias, no Ano I e Ano III da Chamada Pública



Fonte: Chamada Pública de ATER 06/2013 - Caracterização Inicial e Atualizada

1.6. Problemas de saúde: produzir tabaco também faz mal à saúde

A questão da saúde é uma das principais portas de entrada para a implementação das ações de ATER para a Diversificação, mas que precisa ser tratada com muito cuidado, paciência e perseverança. Percebe-se claramente um grande conflito que está instaurado no interior das famílias. Obviamente que há famílias que são produtoras de tabaco por deliberada opção e que, enquanto o mercado lhes permitir, continuarão na atividade. Mas, para a maioria das famílias há a consciência (que é crescente) de que produzir tabaco faz mal para si e para os outros, mas a visualização imediata como única alternativa de renda viável, a dependência desta renda e das relações com a indústria fumageira, os pesados investimentos feitos exclusivamente para esta cultura e a própria ausência de oportunidades concretas impedem ou, no mínimo, dificultam a busca de saídas.

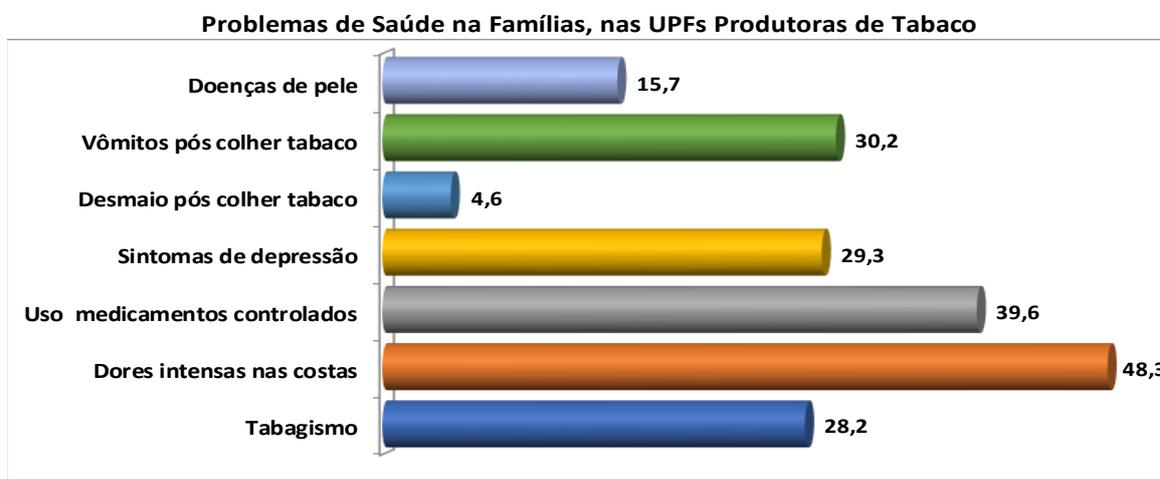
Estas afirmações fundamentam-se em inúmeros depoimentos de agricultores e agricultoras, de técnicos e técnicas e de lideranças locais. Mas também estão fundamentadas nas respostas dadas pelas próprias nas duas caracterizações realizadas. Ao responder se gostariam ou não de parar de plantar tabaco, girou em torno de 70% a quantidade de famílias que querem mudar de atividade e a questão dos problemas de saúde, o uso excessivo de agrotóxicos e a penosidade do trabalho estão entre os principais motivos.

No questionário das caracterizações foram indicados alguns problemas de saúde, particularmente aqueles relacionados com o trabalho no cultivo do tabaco e as respostas foram no sentido de se alguém na família, no ano em questão, teve ou não aquele problema. Foram apresentadas as seguintes alternativas: problemas de pele, dores intensas nas costas, vômito e/ou desmaio durante a colheita do tabaco, sintomas de depressão, uso de medicamentos controlados e tabagismo.

Conforme pode ser observado no Gráfico que se refere exclusivamente às famílias que produzem tabaco, o principal problema está relacionado à penosidade do trabalho, que são as dores nas costas, presente em pessoas de 48,3% das famílias (entre os não produtores é de 46,3%).

O uso de medicamentos controlados, presente em pessoas de 40,2% das famílias, aliado às 29,4% que indicaram a presença de sintomas relacionados à depressão demonstra a significativa presença de problemas relacionados à saúde mental das pessoas. E, entre as famílias que deixaram a produção do tabaco, estas duas questões são levemente superiores, indicando ter sido um importante componente para a decisão de sair da atividade.

GRÁFICO 12



Fonte: Atualização da Caracterização das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

As doenças de pele, presente em 15,7% das famílias, devido, na maioria dos casos, à forte exposição ao sol por dias seguidos durante a colheita, também aparece como muito significativas. O não uso, o uso inadequado e, muitas vezes, o próprio uso de EPIs contribuem para estes problemas de pele.

São explícitos os sistemas relacionados à Doença da Folha Verde do Tabaco, provocada pela intoxicação por nicotina através da pele. Em 30,2% das famílias, pessoas tiveram problemas de vômito durante a colheita do tabaco e em 4,6% ocorreram desmaios.

E, finalmente, o tabagismo ainda é um problema sério de saúde pública nas famílias produtoras de tabaco, estando presente em 28,2% das famílias. Embora esta informação não indique que esta seja a prevalência de fumantes na população total dos produtores de tabaco, a simples presença de um fumante na família aponta para a existência do tabagismo passivo em toda a família.

Entre as famílias que já saíram da cultura do tabaco, a presença do tabagismo é bem menor: 19,8%.

Duas outras informações são importantes para a verificação da importância da saúde no debate da diversificação.

O primeiro refere-se ao percentual de famílias que afirmou que ninguém da família teve nenhum dos problemas indicados. Entre as famílias produtoras de tabaco esse percentual é de 16%. Mas entre as famílias que não produziam mais tabaco, esse número cai para 11,5% e entre as famílias que abandonaram a atividade durante a execução da Chamada cai para 10,2%, tendo sido, muito provavelmente, um dos fatores significativos na opção realizada.

E a segunda informação, que será novamente apresentada mais adiante, diz respeito à renda das famílias que entre o primeiro e o terceiro ano da Chamada pararam de produzir tabaco. Na média, a renda agropecuária total ficou menor, significando que não foi a busca por maior renda o fator determinante para a mudança e que há outros aspectos na relação “custo x benefício” que também são importantes, sendo a saúde um deles.

2. OS INDICADORES DE CAPITAL NATURAL

2.1. Pouca terra disponível: opções de diversificação mais criativas

A grande maioria das famílias participantes da Chamada Pública de ATER 06/2013 e aqui analisadas têm à sua disposição pequenas áreas de terra. Do total das 3.985 famílias, quase três quartos delas (72,5%) têm menos de 20 hectares, que, na média da maioria dos municípios da região Sul, representa em torno de 01 módulo fiscal. Isso representa um grande dificultador para as propostas de diversificação.

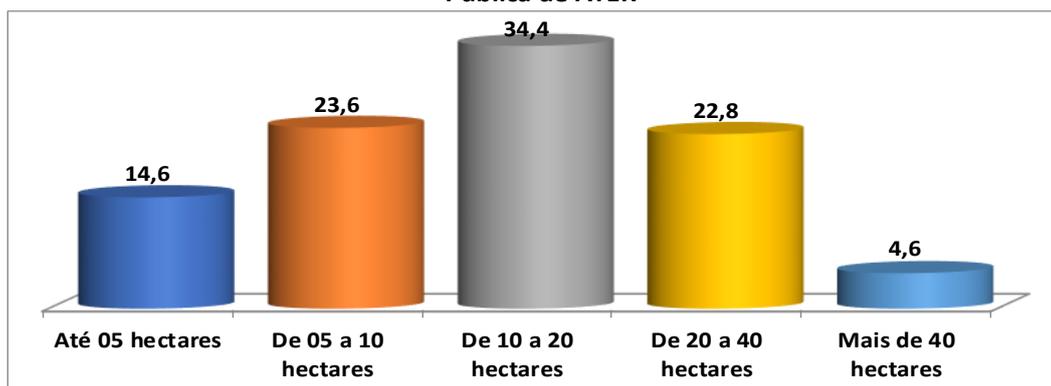
Para 38,2% das famílias, que possuem menos de 10 hectares, a realidade é ainda mais difícil, sendo que entre as 14,6% das famílias com menos de 05 hectares estão aquelas que afirmam que “o tabaco é a única atividade que dá renda em pouca área de terra”.

E as famílias com uma situação mais confortável²³ no que se refere à disponibilidade de terra, tendo área superior a 20 hectares, representam 27,4%, ou seja, pouco mais de um quarto.

²³ A expressão “confortável” aqui utilizada é bastante relativa, particularmente para as famílias que, num futuro próximo, necessitarão encaminhar processos de partilha com os filhos e filhas que têm pretensão de continuidade como agricultura familiar.

GRÁFICO 13

Distribuição das UPFs, segundo área de TERRA TOTAL disponível, no Ano III da Chamada Pública de ATER



Fonte: Atualização da Caracterização das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

Quando se compara produtores e não produtores de tabaco, os primeiros estão em maior número quando o tamanho da área é menor que 20 hectares e os não produtores são maioria quando a área ultrapassa esse tamanho. Para os produtores de tabaco a área média total disponível é de 16,7 hectares, enquanto que, para os não produtores, é de 19,7 hectares. Ou seja, o maior acesso à terra é um facilitador para a saída da cultura do tabaco.

Em relação à diversificação da renda, entre os produtores de tabaco sem diversificação a área média é de 13,6 hectares. Já para mais diversificados (boa diversificação), incluindo ainda o cultivo de tabaco, a área média disponível é de 24,3 hectares, ou seja, quase o dobro.

Já entre os não produtores que optaram totalmente por outros sistemas de produção as diferenças do tamanho da área disponível não são significativas nos diferentes níveis de diversificação, mas em todos os níveis a área média é sempre superior a 18 hectares.

É importante ter presente que a área terra que as famílias têm à sua disposição não significa que toda a área é própria. Estão incluídas as parcelas de terra arrendadas e as cedidas em parceria ou comodato. Os dados da Atualização da Caracterização indicam que, entre os produtores de tabaco, 77,7% são proprietários de suas terras e trabalham exclusivamente na terra própria. Ou seja, 22,3% depende, parcial (14,8%) ou totalmente (7,4%), da terra de terceiros. Já, entre os não produtores de tabaco o nível de autonomia em função da relação com a terra é maior: 87,1% trabalham unicamente com terra própria, 5,9% depende totalmente de terras de terceiros e 7,1% depende parcialmente.

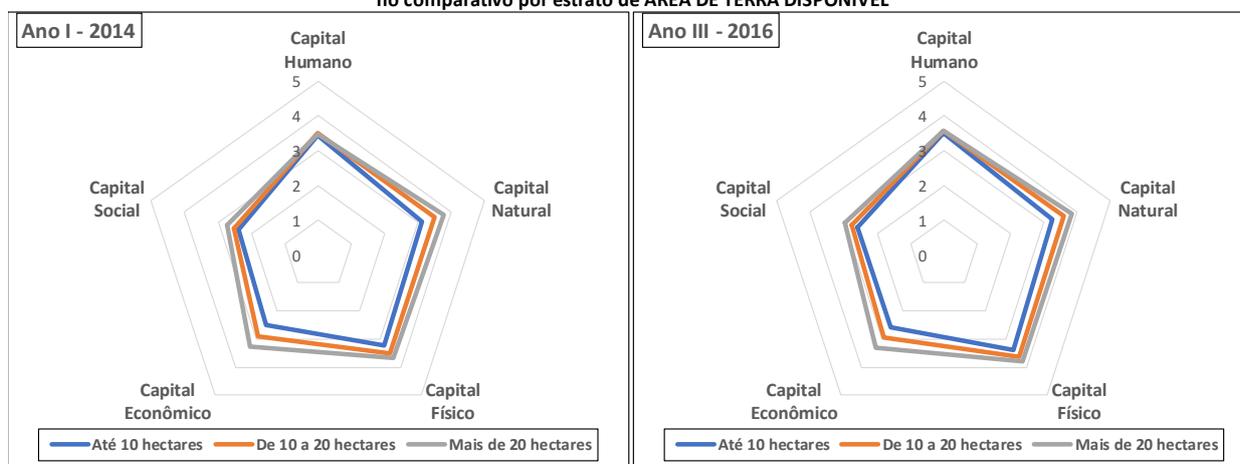
Além disso, nem toda a área de terra disponível é ou pode ser destinada à produção. Como na agricultura familiar o espaço de trabalho coincide com o espaço de vivência e moradia, uma parcela é destinada à própria reprodução como família (moradia, mobilidade, produção para autoconsumo, etc.). Uma outra parcela, conforme determinação legal, é destinada à preservação ambiental, como os 20% da área de reserva legal e as áreas de preservação permanente (APP), para preservação das águas (nascentes e rios) e do solo (declividade acentuada). Este aspecto será analisado no item seguinte.

O Gráfico a seguir apresenta a diferença dos índices dos meios de vida de acordo com o tamanho de área que as famílias têm à sua disposição. À exceção do Capital Humano, cujas médias são similares independentemente do tamanho da área de terra, em todos os demais índices há avanço à medida em que há mais terra disponível, nos dois momentos em que houve a verificação. Isso demonstra nitidamente que a terra é um fator fundamental para o desenvolvimento, a sustentabilidade, a diversificação e a autonomia das famílias. Não há como dissociar o Programa

de Diversificação e as ações de ATER de programas que potencializem o acesso à terra, como é o PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário e a Política Nacional de Reforma Agrária.

GRÁFICO 14

Visualização Gráfica da Sustentabilidade e Desenvolvimento dos Meios de Vida das Famílias, no Ano I e o Ano III da Chamada Pública de ATER, no comparativo por estrato de ÁREA DE TERRA DISPONÍVEL



Fonte: Caracterizações Inicial e Atualizada das UPFs da Chamda Pública de ATER 06/2013

A Tabela abaixo, com os mesmos dados do Gráfico, ao explicitar a evolução entre o primeiro e o terceiro ano das ações de ATER, demonstram um outro fato importante. Ao indicar que as maiores evoluções ocorreram nos menores estratos de área, particularmente para o capital natural (com o avanço nas práticas de conservação do solo e águas), para o capital físico (com a melhoria nas benfeitorias e aquisição de novos equipamentos) e no capital econômico (com a melhoria da renda e da diversificação), demonstra que as ações de ATER tiveram impacto sim e que foram para soluções para além do chamado produtivismo e com propostas criativas em termos de sistemas de produção.

TABELA 07

ÍNDICE de DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE DOS MEIOS DE VIDA, no comparativo entre o Ano I e o Ano III, por grupos famílias conforme o estrato de área disponível

ÍNDICES	ANO	Até 05 hectares		De 05 a 10 hectares		De 10 a 20 hectares		De 20 a 40 hectares		Mais de 40 hectares	
		ÍNDICES	VAR %	ÍNDICES	VAR %	ÍNDICES	VAR %	ÍNDICES	VAR %	ÍNDICES	VAR %
FAMÍLIAS INFORMANTES		366		728		1.114		765		144	
CAPITAL HUMANO	Ano I	3,437	2,2	3,449	2,1	3,502	2,1	3,489	2,2	3,448	3,5
	ANO III	3,512		3,520		3,576		3,564		3,568	
CAPITAL NATURAL	Ano I	2,934	5,8	3,222	4,4	3,486	3,5	3,718	2,7	4,007	1,9
	ANO III	3,104		3,365		3,609		3,818		4,083	
CAPITAL FÍSICO	Ano I	3,058	5,8	3,294	4,6	3,520	4,1	3,673	3,6	3,714	3,7
	ANO III	3,236		3,444		3,664		3,805		3,851	
CAPITAL ECONÔMICO	Ano I	2,362	5,0	2,597	2,8	2,914	0,7	3,213	1,1	3,577	-1,4
	ANO III	2,480		2,669		2,936		3,249		3,526	
CAPITAL SOCIAL	Ano I	2,326	6,7	2,403	10,0	2,506	9,3	2,702	8,5	2,899	8,7
	ANO III	2,482		2,645		2,740		2,932		3,153	
ÍNDICE TOTAL MÉDIO	Ano I	2,823	4,9	2,993	4,5	3,186	3,7	3,359	3,4	3,529	3,0
	ANO III	2,963		3,129		3,305		3,474		3,636	
ÁREA DO POLÍGONO	Ano I	18,9	10,3	21,3	9,3	24,2	7,7	26,9	7,0	29,7	6,2
	ANO III	20,8		23,3		26,0		28,8		31,5	

Fonte: Caracterizações Inicial e Atualizada das UPFs da Chamda Pública de ATER 06/2013

2.2. O acesso à água não é problema, mas é um grande desafio

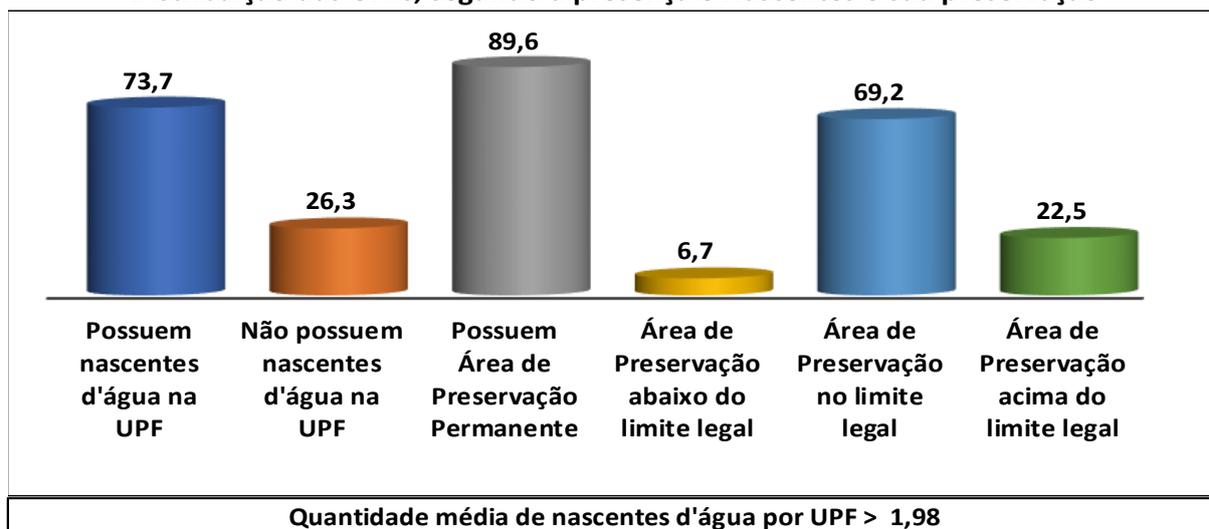
A água é um fator essencial para a produção agrícola e pecuária, assim como é uma questão vital para o conjunto da sociedade. A agricultura familiar também depende da água, mas a água também depende da agricultura familiar.

Para a grande maioria a água para a produção não é problema, pois 90% afirmou ter acesso à água de forma suficiente, tanto entre produtores como entre os não produtores de tabaco.

Em 73,7% das unidades de produção existem nascentes d'água, o que é uma riqueza enorme. E essa riqueza, na grande maioria das UPFs é preservada com muita atenção. Em apenas 10,4% não existe área de preservação permanente para proteger as nascentes e, naquelas onde existe APP, em somente 6,7% existe área de proteção, mas é inferior ao que a legislação ambiental determina, conforme indicação dos próprios agricultores.

GRÁFICO 15

Distribuição das UPFs, segundo a presença e Nascentes e sua preservação



Em termos da área destinada à preservação ambiental, 91,7% afirmaram que o que é preservado está no limite determinado por lei ou até mesmo acima do que consta na lei, como pode ser visto no Gráfico.

Para a área de reserva legal (20% da área total), igualmente 90% afirmou ter área preservada com mata e, destes, 93% possuem mata em percentual igual ou maior do determinado em lei.

Ou seja, é muito forte, na agricultura familiar, mesmo na agricultura familiar produtora de tabaco, a consciência ambiental e a consciência pela preservação das matas e a consciência pela preservação das águas.

As nascentes de água, aliadas às formas de captação e manutenção da água, como os açudes e as cisternas garantem a sobrevivência da agricultura familiar, que sente problemas maiores quando há excesso de chuvas e outras intempéries climáticas (granizos, por exemplo) ou quando os períodos de estiagens são muito intensos, como o que foi verificado no ano de 2016, causando perdas significativas na produção.

Mas, para isso tudo, as famílias precisam destinar uma significativa parcela da área de terra que dispõe para a garantia desse ativo importante da produção, muitos, inclusive, investindo para construir mecanismos de proteção das fontes. Aliás, nas avaliações das ações da Chamada de ATER, muitas famílias destacaram as proteções de fontes como uma importante contribuição da Chamada.

No entanto se, no geral, a questão da água não é um problema, afirmamos que a questão da água, para a agricultura familiar ainda é um desafio. Pois, para essa água que nasce na unidade de produção e que é cuidadosamente protegida pela unidade de produção, beneficiando o conjunto da sociedade e as cidades não existe nenhum retorno em função desse serviço social que é prestado.

Cresce a discussão, na agricultura familiar, com uma contribuição muito significativa realizada pelas reflexões provocadas pela ATER, da importância da remuneração pelos serviços ambientais prestados pela agricultura familiar, principalmente a preservação das águas. A agricultura familiar, na medida em que preserva a água, também a cultiva.

2.3. Na natureza não basta ter, também é preciso preservar

Este item é um complemento do anterior, considerando a importância da preservação dos fatores naturais incluindo as águas e o solo.

Neste sentido, faz parte integrante e essencial das ações de uma ATER Sustentável o incentivo e apoio para a implementação de práticas agrícolas que garantam a proteção do grande patrimônio disponível aos produtores, que é o solo e a água. O modelo de agricultura atualmente hegemônico, desenvolvido pelo agronegócio, ao qual a agricultura familiar é sempre tentada a imitar, baseado na produção de *commodities*, na monocultura, no uso intensivo dos agroquímicos e na destruição dos agroecossistemas e na destruição da natureza, é insustentável e tende, no logo prazo, a provocar sua autodestruição.

A cultura do tabaco, apesar de ser a atividade que atualmente tem a maior participação da agricultura familiar, está inserida nesta mesma lógica. Por isso, a implementação de um Programa de Diversificação que, no mínimo, reduza a importância do tabaco e valorize a produção de alimentos, mais que uma salvaguarda (importantíssima) para a visível e crescente redução da demanda, é uma salvaguarda para o fortalecimento e sustentabilidade da agricultura familiar.

Pela lógica histórica da cultura do tabaco, que sempre foi estimulado como um monocultivo dependente de um pacote tecnológico centrado nos agroquímicos e agrotóxicos, a ação que estimula a preservação da terra, do solo e das águas já é uma ação que se contrapõe à lógica dessa cultura.

Mas, ainda a grande maioria das famílias vive a dependência da produção com adubação química, utilizada por 98,8%²⁴ dos produtores de tabaco e por 88,3% dos não produtores. A dependência dos agrotóxicos também é maior entre os produtores de tabaco (98,9%) dos que entre os não produtores (86,5%). Resultado disso é a contaminação das águas, a degradação dos solos e o alto índice de erosão: 53,8% das famílias que produzem tabaco afirmaram que existe erosão na sua unidade de produção e nas famílias de não produtores este índice é de 34%. Produzir tabaco faz mal para a saúde das pessoas e, da mesma forma, faz mal para a saúde da terra e da água.

A resistência e o enfrentamento ao modelo do agronegócio e à lógica da indústria fumageira, como uma das estratégias das ações da ATER para a Diversificação são feitos de várias formas. Neste item específico destaca-se duas: o estímulo à redução dos agroquímicos e o estímulo às práticas conservacionistas.

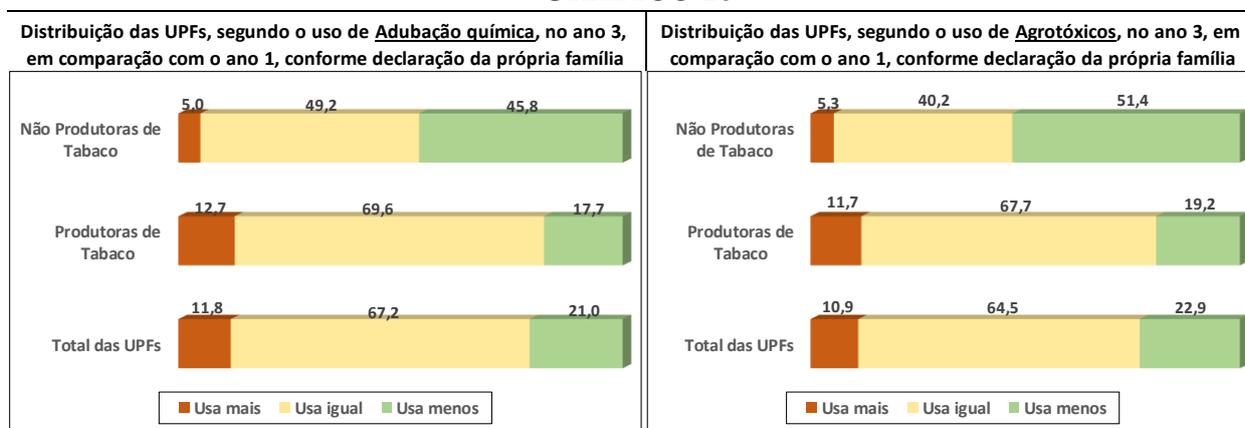
No esforço pela redução dos agroquímicos, os avanços são ainda pequenos, mas muito significativos, como pode ser observado no Gráfico, a seguir.

No que se refere ao uso de adubação química, a grande maioria (67,2%) mantém o mesmo nível de utilização. Uma pequena parcela (11,8%) ampliou o uso, mas é fundamental a valorização das 21% de famílias que reduziram, sendo 17,7% entre as produtoras de tabaco e 45,8% entre as não produtoras.

²⁴ Há uma parcela de produtores, que tem crescido nos últimos anos, que tem apostado na produção de tabaco orgânico, sem uso de adubos químicos e de agrotóxicos.

No que tange à utilização dos agrotóxicos, os dados são similares, mas o fato da redução ser um pouco mais intensa, reflete um avanço na consciência da nocividade dos agrotóxicos. No total das famílias, 22,9% reduziram, sendo 19,2% onde há produção de tabaco (é grande a probabilidade de ser uma ação consciente) e 51,4% das famílias onde não há produção de tabaco.

GRÁFICO 16

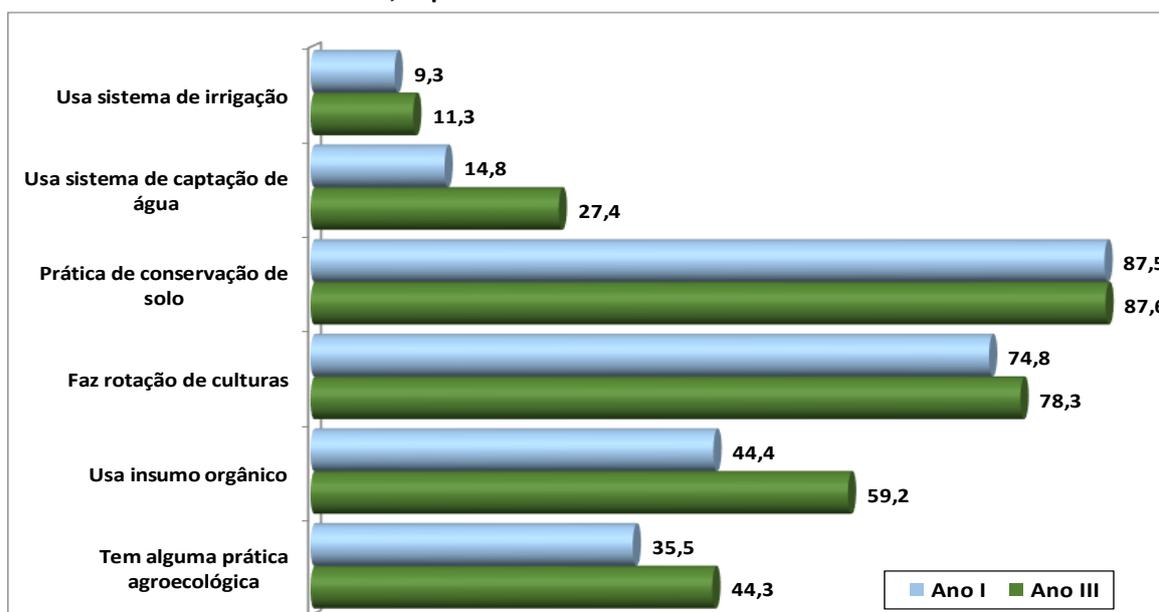


Fonte: Atualização da Caracterização das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

Outra forma de resistência são as práticas direcionadas, de forma direta, à preservação do solo e das águas. A tabela a seguir, além de mostrar a importância de cada uma das práticas selecionadas, mostra que houve avanços, mais ou menos significativos, em todas elas. Destacam-se os avanços na utilização de insumos orgânicos (esterco, pó de rocha,...) e a utilização de práticas agroecológicas (adubação natural, caldas, repelentes naturais). Mesmo que isso ocorra majoritariamente na produção para o autoconsumo, representa muito para a segurança alimentar e nutricional das famílias. Mas, as avaliações indicam que muitas famílias iniciaram ou ampliaram a produção agroecológica, especialmente, de hortaliças e frutas destinadas ao mercado.

GRÁFICO 17

Práticas Conservacionistas, explicitadas no Ano 1 e Ano 3 da Chamada Pública de ATER



Fonte: Caracterizações (Inicial e atualização) das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

3. OS INDICADORES DE CAPITAL FÍSICO

3.1. Unidades de produção bem estruturadas, mas dependentes

Como pode ser visto no Gráfico abaixo, a grande maioria das unidades de produção, em termos de benfeitorias, têm uma boa estrutura para organizar a sua produção. No entanto, as principais benfeitorias existentes estão vinculadas ao sistema de produção ao qual a unidade de produção está vinculada, que é o tabaco. Desta forma, as estufas de fumo, sejam elas convencionais ou elétricas, para a cura/secagem do tabaco, aliadas a galpões e/ou paióis para a classificação e o armazenamento do tabaco estão presentes em praticamente todas as famílias.

A grande maioria das estufas convencionais, presentes em 40% das famílias (42%, quando se observa apenas quem está produzindo tabaco) são mais antigas e a sua maior implicação em termos de custo é a grande quantidade de lenha que demanda.

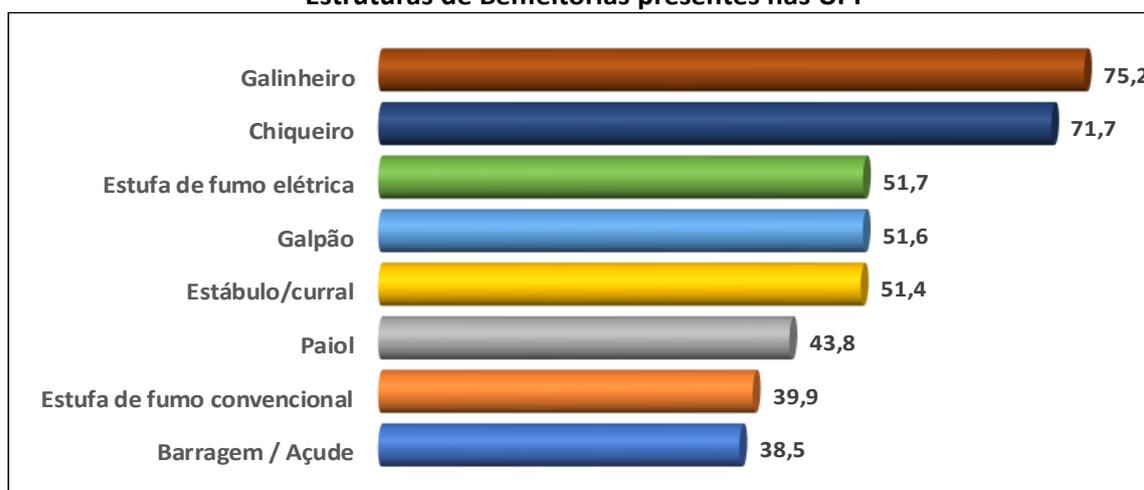
Já as estufas elétricas, constituindo-se num dos grandes processos de modernização dos últimos anos na cadeia do tabaco, é recente, de alto custo e, ainda em fase de pagamento das parcelas do seu financiamento. Se há uma relativa redução no uso da lenha, há um aumento nos custos em função do investimento e do pesado custo da energia elétrica. E este tipo de estufa está em 51,7% do total das famílias e em 58% das produtoras de tabaco, significando que a grande maioria das que já abandonaram o cultivo não haviam feito este tipo de investimento.

Há uma nítida dificuldade para a mudança no sistema de produção nas famílias com este investimento, pois dificilmente pode ser utilizado para outras atividades. E a grande maioria desta inovação ocorre em regiões mais novas de forte expansão do tabaco, como o Sul do RS, o Planalto Norte de SC e o Centro Sul do PR.

Mas, por outro aspecto, há outros investimentos, bem menores para a maioria das famílias, mas que podem apontar para alternativas, no mínimo, para o fortalecimento do autoconsumo. Há galinheiros em 75,2% das famílias e chiqueiros em 71,7%. O estábulo/curral está presente em 51,4% e os açudes como reservatório de água e potencial de peixes, existem em 38,5% das unidades de produção.

GRÁFICO 18

Estruturas de Benfeitorias presentes nas UPF



Fonte: Atualização da Caracterização das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

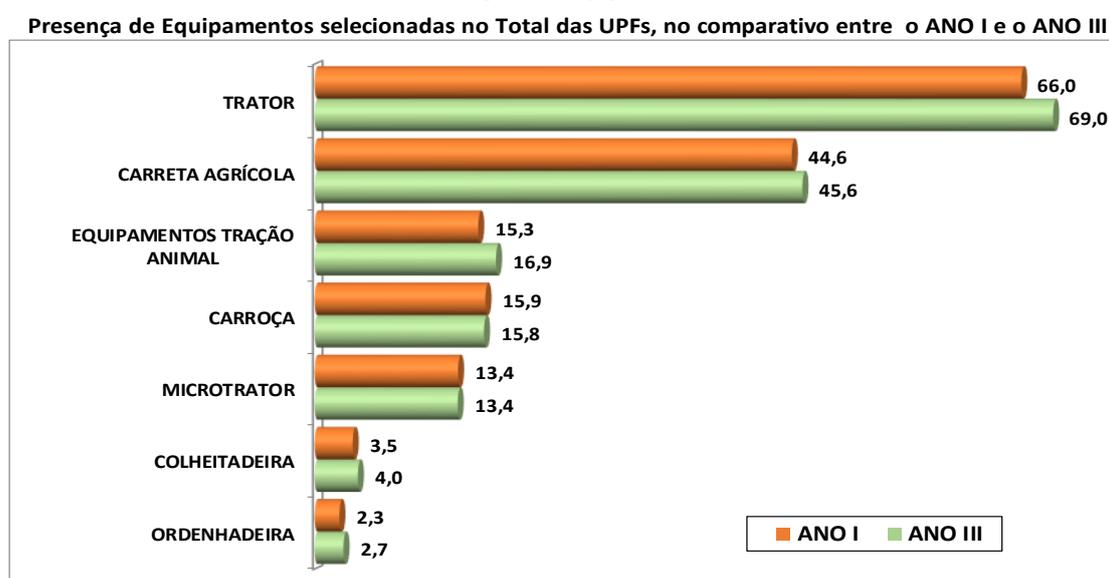
Mas, é importante destacar que, com o apoio das ações da Chamada de ATER vários novos investimentos foram feitos, direcionados para a diversificação. Entre eles, merecem ser destacados: a construção de, no mínimo, 35 estufas de hortaliças ou morangos, algumas delas com

tecnologia inovadora, com as que foram construídas à base de bambu; novas construções agroindústrias, salas de ordenha, casas de mel, aprisco; construções relacionadas à questão ambiental e de águas, como cisternas e proteção de fontes; e construções vinculadas a atividades não agrícolas, como quiosques, salão de beleza.

Sob o aspecto da presença de maquinários e equipamentos, também é possível afirmar que a maioria das unidades de produção estão estruturadas e continuam se estruturando, com o importante do crédito via Pronaf, como pode ser percebido no Gráfico, a seguir.

As famílias com trator próprio passaram de 66% para 69%, sendo que, nos dois anos de execução da Chamada, cerca de 381 novos tratores foram comprados, representando 12% das famílias. A maioria fez substituição de equipamento mais velho por novos. Houve também a aquisição de 130 novas carretas agrícolas, o que permitiu que mais de 45% das famílias dispusessem desse equipamento.

GRÁFICO 19



Fonte: Caracterizações (Inicial e atualização) das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

Ao redor de 15% das famílias que não possuem trator, contratam hora-máquina de vizinhos ou se utilizam das patrulhas agrícolas disponibilizadas pelas prefeituras ou associações.

Mas, como resistência ao processo de modernização acelerada, aproximadamente 15% das famílias ainda se utilizam de equipamentos de tração animal para preparo do solo, plantio e transporte dos produtos, inclusive o tabaco. Cerca de 1,5% das famílias investiram na aquisição de equipamentos de tração animal, durante o processo da Chamada de ATER. Com isso, há uma redução de custos, mas também há uma redução na capacidade de produção.

Há ainda outros equipamentos que não são utilizados na cultura do tabaco, alguns representando altos investimentos, como são as colheitadeiras, presentes em 4% das unidades de produção, sendo que 0,4% afirmou ter feito este investimento nos últimos dois anos, estão direcionados para alternativas mais convencionais, como é o caso dos grãos (soja, trigo e milho). Para esse tipo de atividades, para as quais o trator e vários implementos também são equipamentos básicos, ocorre a contratação de hora-máquina para a colheita, o que pode ser identificado em 6% das unidades de produção.

Ainda como dinâmica da diversificação, muitas famílias investem na produção de leite de forma mais intensiva, embora a maioria desses produtores ainda esteja na lógica da venda do excedente da produção ou apenas como um complemento de renda. Mas, 2,7% das famílias já indicaram que utilizam de ordenhadeiras mecânica.

3.2. O Pronaf como potencializador das estruturas físicas

O acesso aos financiamentos agrícolas, particularmente, os de investimento são instrumentos fundamentais para alavancar o capital físico das unidades de produção. Embora sejam múltiplos os canais de acesso, tanto no sistema público do crédito rural (Pronaf, Proger Rural e outros sistemas públicos sob controle do Banco Central), como nos sistemas privados (cooperativas de crédito, bancos privados, indústrias, casas agropecuárias e, até mesmo, agiotas), o Pronaf é a principal fonte para a agricultura familiar.

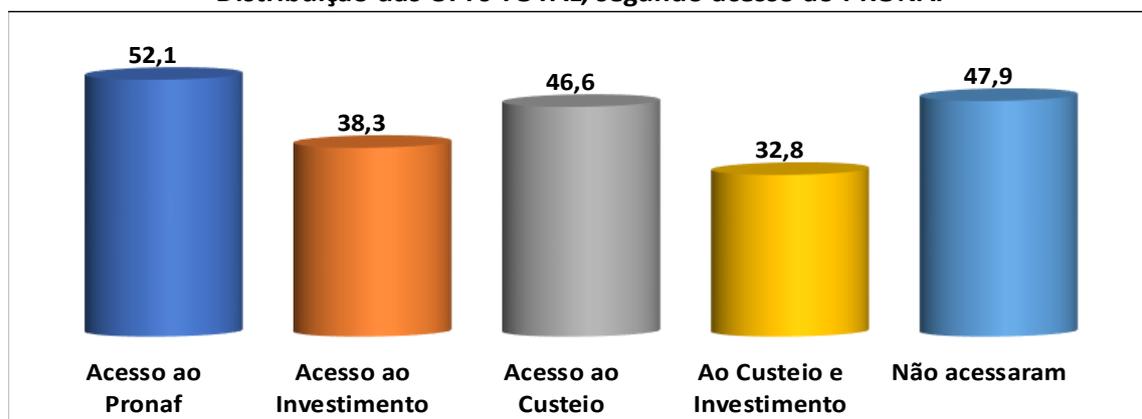
Até 2002, o acesso ao Pronaf estava liberado para todas as culturas, inclusive o tabaco. A partir desse ano, ficou proibido o financiamento para custeio do tabaco e também para o investimento onde houvesse a renda do tabaco. A partir de 2005, como uma forma de estímulo à diversificação, foi liberado o investimento inclusive para itens utilizados no cultivo do tabaco, desde que o agricultor comprovasse que, no mínimo, 20% da renda é obtida com outros produtos, assim permanecendo até o presente momento.

Mais da metade das famílias (52,1%) teve acesso ao Pronaf, nos dois últimos anos anteriores à realização da Atualização da Caracterização. Como muitas famílias fizeram o Pronaf Investimento há pelo menos dez anos atrás, o que significa que ainda estão efetivando o pagamento das parcelas, pode-se também utilizar a informação da Caracterização Inicial onde consta que 69% das famílias que aqui estão sendo analisadas firmaram contratos de Pronaf.

Perto de 40% das famílias realizaram contratos de investimento, com destaque para o financiamento de tratores e de implementos agrícolas. Mas, não podem ser ignorados os financiamentos para construções, para estufas de verduras, para vacas de leite, sistemas de irrigação, itens importantes no fortalecimento da diversificação.

GRÁFICO 20

Distribuição das UPFs TOTAL, segundo acesso ao PRONAF



Fonte: Atualização da Caracterização das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

Mesmo não incidindo diretamente na estruturação da unidade de produção, também contribuem para o fortalecimento dos sistemas de produção os contratos de custeio, presentes em 46,6% das famílias. A grande maioria destes financiamentos são direcionados para a cultura de grãos (milho,

soja, arroz e feijão), cresceram em termos de importância os financiamentos para outras atividades da diversificação, como o leite, as frutas (morango, pêsego, melancia e outros) e as hortaliças.

Percebe-se que, quando o Pronaf começa a ser orientado para outros itens além dos tradicionais, há uma contribuição importante das ações de ATER. Mas, é possível afirmar com grande segurança, que a articulação entre ATER e Crédito Rural como mecanismo conjunto de promoção da diversificação ainda é muito débil. Muitas vezes a dificuldade para a realização de pequenos contratos e financiamentos para questões inovadoras de diversificação está muito mais no agente financeiro do que no agente de ATER. Esse é um dos desafios a serem superados para potencializar que o Pronaf se transforme, de forma mais efetiva e mais massiva, num potencializador de mudança, da diversificação e do desenvolvimento integral dos meios de vida.

Ou seja, trata-se de uma das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar que foi mais acessada e que provocou intensas e profundas mudanças na agricultura familiar, especialmente a partir de 2003, quando passou a ser destinado mais recursos para viabilizar este Programa.

4. OS INDICADORES DE CAPITAL ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. A produção e a renda do Tabaco nas famílias beneficiárias da Chamada Pública 06/2013

Para visualizar melhor um comparativo entre o primeiro e o terceiro ano da Chamada Pública, tomaremos por base os dados das 3.130 famílias presentes nos dois momentos do levantamento das informações pelas caracterizações das UPFs. Desse total, 91,2% eram produtoras de tabaco no Ano I e 86,9% no Ano III. Ou seja, houve uma redução na quantidade total das famílias produtoras, sendo que 157 famílias (5%) deixaram de produzir e 21 famílias (0,7%) voltaram à produção do tabaco.

O retorno à atividade do tabaco é um fato normal na vida das famílias nessas regiões, já identificado nos dados do histórico de produção das famílias da Caracterização Aprofundada, onde houve a constatação de que 10,8% das famílias haviam parado e retornado à atividade. Da mesma forma, o abandono da atividade fumageira por uma centena e meia de famílias, num curto espaço de tempo, precisa ser comemorada, mas há sempre a possibilidade do retorno. Estas duas constatações apontam para a importância da ação de ATER permanente, sem interrupções e com visão de longo prazo.

No primeiro ano, a média de pés de tabaco plantados por família produtora foi de 50.652 pés, tendo ocorrido uma ampliação para média de 52.618 pés, no terceiro ano, um aumento de 3,9%. Este é mais um indicador do processo de concentração desta cultura, o que significa exclusão de outras, porque não crescimento de demanda (pelo contrário, a tendência é de queda).

No entanto, os problemas climáticos já mencionados neste estudo provocaram uma queda na produtividade e da produção. A média de tabaco colhido por família, que havia sido de 7.261 quilos, em 2014, caiu para 6.837 quilos (ou seja, -5,8%). Com isso, o preço médio por kg pago pela indústria cresceu, favorecendo quem teve perdas menores e, sobretudo, estimulando a permanência na atividade para o ano seguinte (e o IBGE, como vimos na primeira parte deste estudo, já constatou o aumento na produção).

A grande maioria desses produtores são integrados às indústrias fumageiras: 94,6%. Mas, chama a atenção que 5,6% das famílias não estão integradas às indústrias e que passam a comercializar sua produção com atravessadores e até com algumas cooperativas. É um fenômeno que já havia

sido verificado em estudos anteriores²⁵ e que apresenta com tendência de crescimento. A principais indústrias integradoras das famílias aqui analisadas são a Souza Cruz, Universal Leaf, Alliance One, JTI, Philip Morris e China Brasil Tabacos. E também é crescente o número de famílias que assinam contrato de integração com mais de uma indústria (21,6%, em 2016).

TABELA 08

Produção e renda do Tabaco (médias por família)- comparativo entre os Ano I e o Ano III das famílias da Chamada Pública de ATER 06/2013

ITENS DE COMPARAÇÃO	TOTAL FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS		Produtores de Tabaco que continuaram produzindo		Produtores de Tabaco que deixaram de produzir		Não Produtores que voltaram a produzir Tabaco	
	Ano 1	Ano 3	Ano 1	Ano 3	Ano 1	Ano 3	Ano 1	Ano 3
Total de Famílias	3.130	3.130	2.699	2.699	157	157	21	21
Famílias Produtoras de Tabaco	2.856	2.720	2.722	2.722	157	-	-	21
Plantio de Tabaco (em pés)	50.652	52.618	51.537	52.697	34.617			41.056
Produção de tabaco (em kg)	7.261	6.837	7.399	6.855	4.910			4.527
Renda Bruta do Tabaco (R\$)	50.340	58.508	51.405	58.670	32.021	-	-	37.690
Renda Líquida do Tabaco (R\$)	30.047	34.784	30.684	34.882	19.113	-	-	22.188

Fonte: Caracterizações (Inicial e atualização) das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

A Tabela acima indica ainda os valores nominais médios recebidos pelas famílias produtoras de tabaco. Mesmo com a queda na produção, houve aumento na renda nominal. As maiores rendas estão nas famílias mais estabilizadas na produção, uma vez que os baixos rendimentos devem também ter contribuído para a desistência das famílias. Mas, as que retornaram ao plantio do tabaco conseguiram um rendimento muito inferior àquelas que já estavam na atividade. São informações que os agentes de ATER precisam dispor para orientar melhor suas ações, considerando a especificidade e a individualidade das famílias, pois na diversificação são ineficazes os processos padronizados.

Em relação à diversificação, das famílias que, durante todo o período da Chamada continuaram produzindo tabaco, pode-se constatar alguns avanços, pequenos, mas importantes. No primeiro ano, 50,2% dependia totalmente da renda do tabaco e esse quantitativo dos sem diversificação caiu para 48,6% das famílias. E a quantidade de famílias produtoras de tabaco, com média ou boa diversificação passou de 22,4% para 25,2% e, com uma melhoria na qualidade da diversificação, como veremos no item seguinte. No entanto, é preciso avaliar que o avanço foi pequeno e que apenas duas safras representam muito pouco tempo para a implementação de mudanças mais significativas. “Diversificação” combina com “paciência histórica”, aliada à “persistência”.

Para a identificação da renda líquida proveniente apenas da comercialização do tabaco partiu-se da informação fornecida pelos agricultores do valor bruto da venda²⁶ e da informação do custo de

²⁵ Bonato, A.A., Balanço comparativo das unidades de produção familiar dos três estados da região sul, incluindo análise do impacto das políticas públicas nestas famílias e perspectivas e potencialidades em relação à diversificação da produção e da renda. PNUD, Curitiba, 2015.

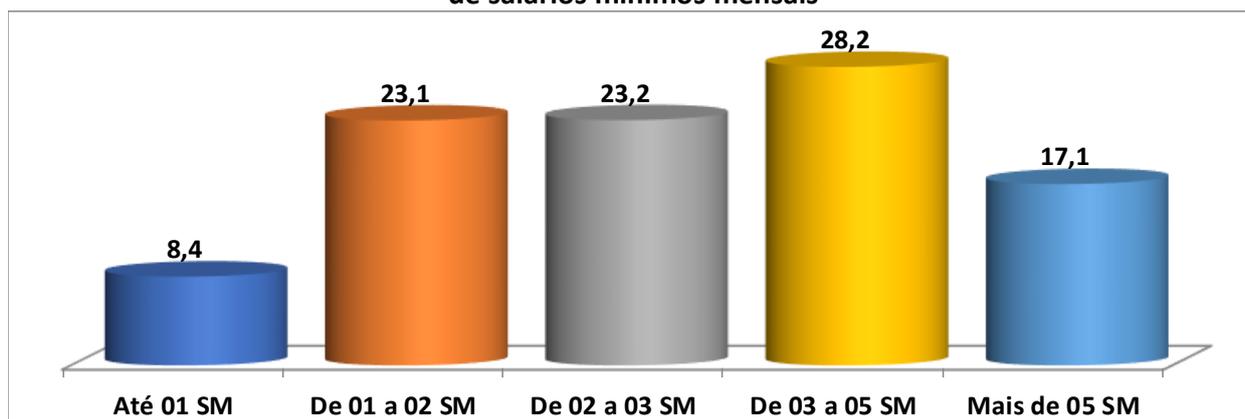
²⁶ Sabe-se, por informação dos técnicos de campo, que alguns agricultores comprovaram os valores a partir das notas fiscais emitidas pela empresa, onde consta o valor bruto, com o desconto de 2,3% de INSS (antigo Funrural).

produção estimado pelos agricultores, em valores ou em percentuais do valor de venda²⁷. O Gráfico, a seguir, distribui as famílias por estrato de renda em salários mínimos mensais²⁸.

Com uma renda inferior a dois salários mínimos estão 31,5% das famílias, sendo que 8,4% têm renda inferior a um salário mínimo. Para estes, pode-se afirmar que a renda do tabaco, no máximo, está no limite da sobrevivência. Para os 23,2% de famílias com renda entre 2 e 3 salários mínimos mensais, a situação aparentemente é razoável. E para quem ganha acima de 03 salários mínimos (45,3%) a situação é mais confortável. Estes valores são do Ano III da Chamada Pública.

GRÁFICO 21

Distribuição das UPFs Produtoras de Tabaco, segundo a Renda Líquida do Tabaco, em estratos de salários mínimos mensais



Fonte: Atualização da Caracterização das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

Comparando-se com o primeiro ano da Chamada, apesar do aumento nominal nos valores, como visto acima, foi um aumento inferior ao reajuste do salário mínimo, que foi de 21,5%. Com tal parâmetro de avaliação, considerando apenas aquelas famílias que durante todo o período produziram tabaco, o percentual de famílias com renda inferior a 2 salários mínimos mensais passou de 23,8% para 30,8% e o percentual de famílias com renda superior a 3 salários mínimos mensais caiu de 51,6% para 46,1%. A queda na produção foi a principal por esta redução.

Acima foi mencionado que o grupo de famílias com melhor renda a situação era “aparentemente” confortável, pois quando se observa a renda líquida através de outros parâmetros, ela não é tão elevada quanto parece. E as indústrias nunca divulgam os dados sob estes aspectos²⁹.

Na avaliação da renda líquida mensal *per capita*, considerando todas as pessoas da família, para o ano de 2016, percebe-se que 62,7% das famílias tem renda inferior ao salário mínimo, sendo que para 25,3% das famílias é inferior a meio salário mínimo mensal. Para 30,2% essa renda fica entre 1 e 2 salários mínimos e para apenas 7,2% é superior a 2 salários mínimos mensais per capita. As

²⁷ Normalmente, os agricultores têm ciência dos custos monetários realizados durante a safra (os insumos, cujo valor é descontado pela indústria na comercialização, a contratação de mão-de-obra, a compra de lenha, o gasto com energia elétrica, a contratação de hora-máquina), mas tem dificuldade para avaliar os custos de depreciação das máquinas e benfeitorias. Como na Caracterização aprofundada foi feito um custo de produção bem detalhado e os percentuais ficaram bastante próximos, consideramos válidas as informações fornecidas. Quando houve muita discrepância, os dados foram desconsiderados.

²⁸ Para o primeiro ano foi considerado o salário mínimo de 2014 (R\$ 724,00/mês e R\$ 8.868,00/ano) e para o segundo ano adotou-se o salário mínimo de 2016 (R\$ 880,00/mês e R\$ 10.560,00/ano)

²⁹ Na pesquisa realizada pela UFRGS, “O Produtor de Tabaco da Região Sul do Brasil: perfil socioeconômico”, divulgada em outubro de 2016, os dados de renda são sempre em valores brutos, sendo na média da região Sul de R\$ 55.219,75, inferior à renda bruta da média das famílias da Chamada Pública (R\$ 58.505,00). Mas, quando a renda é somente apresentada desta forma ela aparenta uma renda significativa.

ATER têm como tarefa primordial a produção e a diversificação desta produção e, em consequência, da renda agrícola.

Histórica e culturalmente, a agricultura familiar, seja ela originária dos povos indígenas, dos povos africanos ou dos imigrantes europeus e asiáticos, tem a diversificação da produção, aliada à produção para sua segurança alimentar, como uma das pilstras fundamentais de sua visão de mundo.

O avanço do capitalismo no campo, com a hegemonização do modelo do agronegócio, com a visão da produção extensiva, de commodities, agroexportadora, na base da tecnologia agroquímica e da mecanização massiva, fortemente implementada a partir das décadas 60 e 70, induziu a agricultura familiar a também buscar este modelo. A produção do tabaco e da soja, as integrações de suínos e aves e a moderna produção leiteira são alguns exemplos dessa indução.

Não é à toa que, na Chamada de ATER 06/2013, os dados da Caracterização Inicial, considerando apenas as famílias que também estão identificadas na Atualização da Caracterização, 49% dos produtores de tabaco dependem unicamente da renda do tabaco e entre os não produtores 40,5% dependem da renda de um único produto, entre os quais se destacam o leite, o milho e a soja.

No total das 3.130 famílias, as informações da Caracterização Inicial apontam que houve ao redor de 1.600 famílias (51%), que produziam para a comercialização outras 120 culturas diferentes do tabaco. Os produtos que mais se destacaram em termos de número de famílias produtoras foram, em ordem de importância: leite, milho, soja, feijão, bovinos, erva mate, mel, cebola, suínos, ovos, pêssego, batata inglesa, hortaliças, morango, todas estas com mais de 40 famílias produtoras.

Já no terceiro ano da Chamada, as mesmas 3.130 famílias comercializaram 130 produtos diferentes do tabaco, sendo que os principais produtos comercializados, em termos de famílias envolvidas, não são muito diferentes do primeiro ano. Mas, aumenta significativamente o número de famílias que comercializam o milho e as hortaliças e aparece a importância da batata-doce, do repolho e da mandioca.

No primeiro ano da Chamada, do ponto de vista da renda bruta obtida, os principais produtos diferentes do tabaco foram: leite, soja, milho, cebola, feijão, pêssego, bovinos, suínos, morango, arroz, erva mate, hortaliças, aipim e tomate, todas com renda total somada acima dos R\$ 300 mil. E no terceiro ano, no valor comercializado, os primeiros produtos continuam idênticos, mas ganham importância o morango, as hortaliças, o mel e o repolho. Com peso ainda pequeno, mas com maior importância aparece também a comercialização de produtos industrializados.

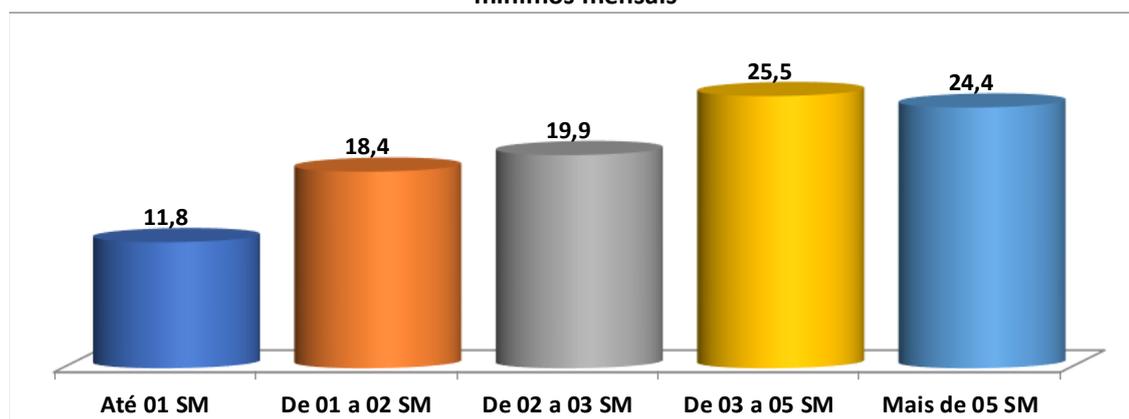
Esses dados apontam para dois processos diferenciados de diversificação. Um primeiro, que ainda é o mais importante, mas tradicional, com base no leite e nos grãos (milho, soja, feijão, arroz), todos com demanda de áreas maiores de terra. São alternativas, com grande capacidade de geração de renda, mas restritas às famílias com maior disponibilidade de terra. As ações de ATER tiveram importância no desenvolvimento da produção leiteira e, em algumas regiões, na soja destinada ao biodiesel. Um segundo tipo de diversificação, são para as culturas menos extensivas e mais intensivas e, nesse sentido, as ações da ATER têm-se demonstrado fundamentais, com grande capacidade de inovação e criatividade. O cultivo comercial de hortaliças, de frutas, o aproveitamento da floresta com o mel e a erva mate, o estímulo a novas culturas, como a batata salsa, a ora-pro-nobis, a physalis e as plantas medicinais e o estímulo a dinâmicas de agregação de valor, como a panificação, os doces e conservas e o artesanato, implementados de acordo com a capacidade e a opção de cada famílias e não como processos massivos e padronizados são dinâmicas inovadoras da ATER para a Diversificação.

O resultado desse processo ficou muito claro na renda do conjunto dessas famílias que estão sendo analisadas. A renda bruta total da produção agropecuária teve um aumento de 16,6%, entre o primeiro e o terceiro ano, passando de R\$ 188,8 para 220,0 milhões. Mas a renda do tabaco aumentou apenas 10,7%. Os outros produtos comercializados pelas famílias passaram de R\$ 45 milhões para 60,9 milhões, um incremento de 35,3 e passando a representar 27,7% do valor total comercializado. E se não levamos em conta as 42% das famílias que tem o tabaco como única fonte de renda, nas 1.816 famílias restantes, os outros produtos da diversificação responderam, no terceiro ano da Chamada, por 40,8% da renda total. No primeiro ano, havia 44,3% de famílias totalmente dependentes da renda do tabaco. E para as 1.742 que tinham outras fontes de renda agrícola, os produtos da diversificação representavam 36,5%.

Desta forma, a partir do acréscimo da renda de outros produtos à renda do tabaco, ocorre mudanças na composição da renda das famílias. Comparando-se com as informações do item anterior (renda líquida familiar do tabaco), há um aumento no número de famílias com renda inferior a 1 salário mínimo mensal (11,8%), pois são acrescidas as famílias que não produzem tabaco, reduzem as que têm renda entre 1 e 2 salários e, sobretudo, ampliam-se as famílias com renda superior a 3 salários mínimos, que passam a representar 49,9% do total.

GRÁFICO 23

Distribuição do Total das UPFs, segundo a Renda Líquida Agropecuária, em estratos de salários mínimos mensais



Fonte: Atualização da Caracterização das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

Disso tudo, concluiu-se que a diversificação amplia a renda das famílias, especialmente quando à tradicional renda do tabaco são agregadas outras fontes de renda. Esta estratégia adotada pelo Programa de Diversificação de, por princípio, não combater a produção do tabaco, mas estimular a redução da dependência com outras e diversificadas rendas tem-se mostrado correta na aceitação da proposta por parte das famílias.

O resultado desse processo de ampliação da diversificação foi uma leve, mas importante, ampliação das famílias com média e boa diversificação que passaram de 26,5% para 27,4% e a redução das famílias sem diversificação em igual proporção.

Nos comparativos da renda líquida agropecuária per capita e por unidade de trabalho entre os dois anos que estão sendo considerados, há sempre uma ampliação do número de famílias com rendas menores, em função da utilização do salário mínimo mensal como mensurador, que neste período cresceu 21,5%, ou seja, acima da inflação, que foi de 16,9%, segundo o IGP/FGV e, como explicitado acima, a renda agropecuária do total das famílias apenas acompanhou a inflação, com uma ampliação de 16,6%.

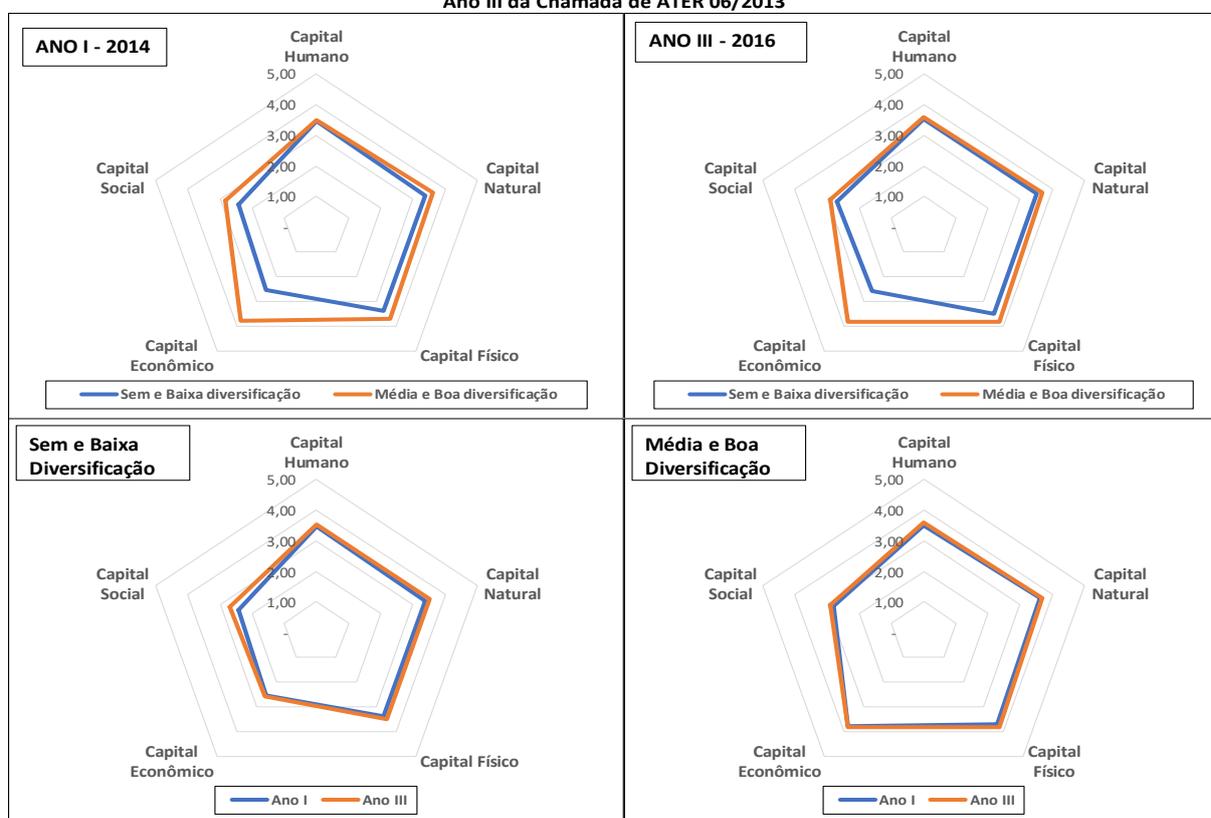
O Gráfico, a seguir, com comparativo de quatro diagramas, mostra as diferenças nos meios de vida quando se avalia as famílias de acordo com o nível de diversificação. As figuras geométricas superiores comparam as famílias menos diversificadas (sem ou baixa diversificação) e as mais diversificadas (média e boa diversificação), nos dois momentos da Chamada.

Há muita similaridade entre os dois momentos. Em ambos, todos os índices dos Meios de Vida são melhores entre os mais diversificados, com o destaque obviamente do Índice do Capital Econômico, pois está se tratando de diversificação da renda. O índice médio total das famílias melhor diversificadas é 14,7% e 12,5% maior, respectivamente no Ano I e no Ano III da Chamada de ATER.

Já no comparativo entre o Ano I e o Ano III para os grupos por nível de diversificação, as diferenças são pequenas, mas sempre melhores para o Ano III, demonstrando a importância que houve do trabalho de ATER. A variação é de 4,4% entre os menos diversificados e de 2,4% entre as famílias mais diversificadas.

GRÁFICO 24

Visualização da Sustentabilidade e Desenvolvimento dos Meios de Vida, no comparativo entre níveis de diversificação no Ano I e Ano III da Chamada de ATER 06/2013



Fonte: Caracterizações Inicial e Atualizada das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

Quando se mensura a área interna de cada polígono, como há uma articulação entre os diversos índices, as diferenças são ainda maiores. No comparativo entre os diferentes níveis de diversificação, a área média das famílias mais diversificadas é 30,9% e 25,9% maior que a área das menos diversificadas, respectivamente para o primeiro e o terceiro ano da Chamada.

No comparativo das áreas das duas figuras geométricas inferiores, a partir dos dois momentos da chamada, os menos diversificados aumentaram 9% a sua área e os mais diversificados aumentaram 4,9%. Mas, o visual da falta de harmonia na figura dos primeiros demonstra claramente a falta de um desenvolvimento integral o que compromete a sustentabilidade dos meios de vida.

4.3. Os indicadores da Renda Total e a importância das Rendas Não Agrícolas

Embora se tenha dado um bom destaque para as rendas específicas originárias da produção do tabaco e do total produzido e comercializado na atividade agropecuária, em função da importância que esta análise tem para as ações de ATER e para o Programa de Diversificação, o que efetivamente importa para as famílias é o conjunto da renda que, de forma líquida, pode ser utilizado pela família para a sua sobrevivência e para melhoria da sua vida.

Neste item, trata-se desta renda total líquida, incluindo-se às análises anteriores, as chamadas outras rendas ou rendas não agrícolas. Para 22,3% das famílias a renda líquida final é aquela proveniente unicamente do tabaco, para 1,6% é proveniente de uma única outra atividade agrícola e para 27% das famílias a renda líquida total é originária somente de mais de uma fonte da comercialização agrícola. Mas para 50,4% das famílias, além da renda agropecuária há, no mínimo, uma outra fonte de renda, originária de fontes diferentes da produção e que entram de forma totalmente líquida no orçamento familiar, segundo os dados da Atualização da Caracterização.

Em relação à renda total, no último ano da Chamada, as rendas não agrícolas representaram 15,5%, quando se considera todas as famílias, e 28,7%, quando se leva em conta apenas aquelas que têm esse tipo de renda. No primeiro ano, quando havia 43,8% de famílias com outras rendas, a participação destas na renda total era de 12,6% e 26,6%, respectivamente para o total das famílias e para somente aquelas que têm essas rendas. Ou seja, houve um importante crescimento daquilo que alguns autores, como Sérgio Schneider e José Graziano da Silva, chamam de pluriatividade da agricultura familiar e que, em vários aspectos, contou com a contribuição das ações de ATER, quando há preocupação para que os serviços se estendam para além dos aspectos da produção agrícola.

A principal renda não agrícola, tanto do ponto de vista da quantidade de famílias beneficiárias como do valor que é recebido, vem dos benefícios da Previdência Social, particularmente as aposentadorias por idade e as pensões. Além da importância dessa fonte, houve um crescimento significativo nas famílias e no valor total, tendo sido uma das poucas fontes de renda que acompanhou a evolução do reajuste do salário mínimo no período. Embora a lógica de acesso a estes benefícios já esteja consolidada e, para essas famílias a documentação de comprovação não seja problema, é normal que todas as famílias tenham anualmente diversas Notas de Produtor Rural, em função da comercialização do Tabaco, as orientações dos Sindicatos e dos técnicos de ATER são sempre imprescindíveis. Algumas entidades executoras, inclusive, realizam atividades de capacitação dos técnicos em direito previdenciário rural para contribuir melhor nas orientações.

TABELA 09

Rendas Não Agrícolas: famílias e valor, por fonte de renda

Atividade	Ano I		Ano III	
	Famílias	Valor	Famílias	Valor
Arrendamento/aluguel	3,1	4,9	2,5	2,1
Outras rendas	0,3	0,2	0,2	0,1
Previdência Social	28,4	64,7	31,7	67,4
Trabalho agrícola	6,2	6,5	9,2	9,4
Trabalho autônomo	1,2	1,6	2,4	1,8
Trabalho não agrícola	9,1	18,7	8,9	17,1
Transferência governamental	6,0	3,0	5,7	1,6
Turismo Rural	0,1	0,3	0,2	0,4

Fonte: Caracterizações (Inicial e atualização) das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

A segunda maior fonte de renda não agrícola é o rendimento obtido com o emprego em atividades urbanas, que envolve muito a juventude. Embora tenha havido uma leve redução entre os dois períodos, perto de 10% das famílias têm acesso a esse tipo de renda, cuja participação representa ao redor dos 18% do total das rendas não agrícolas.

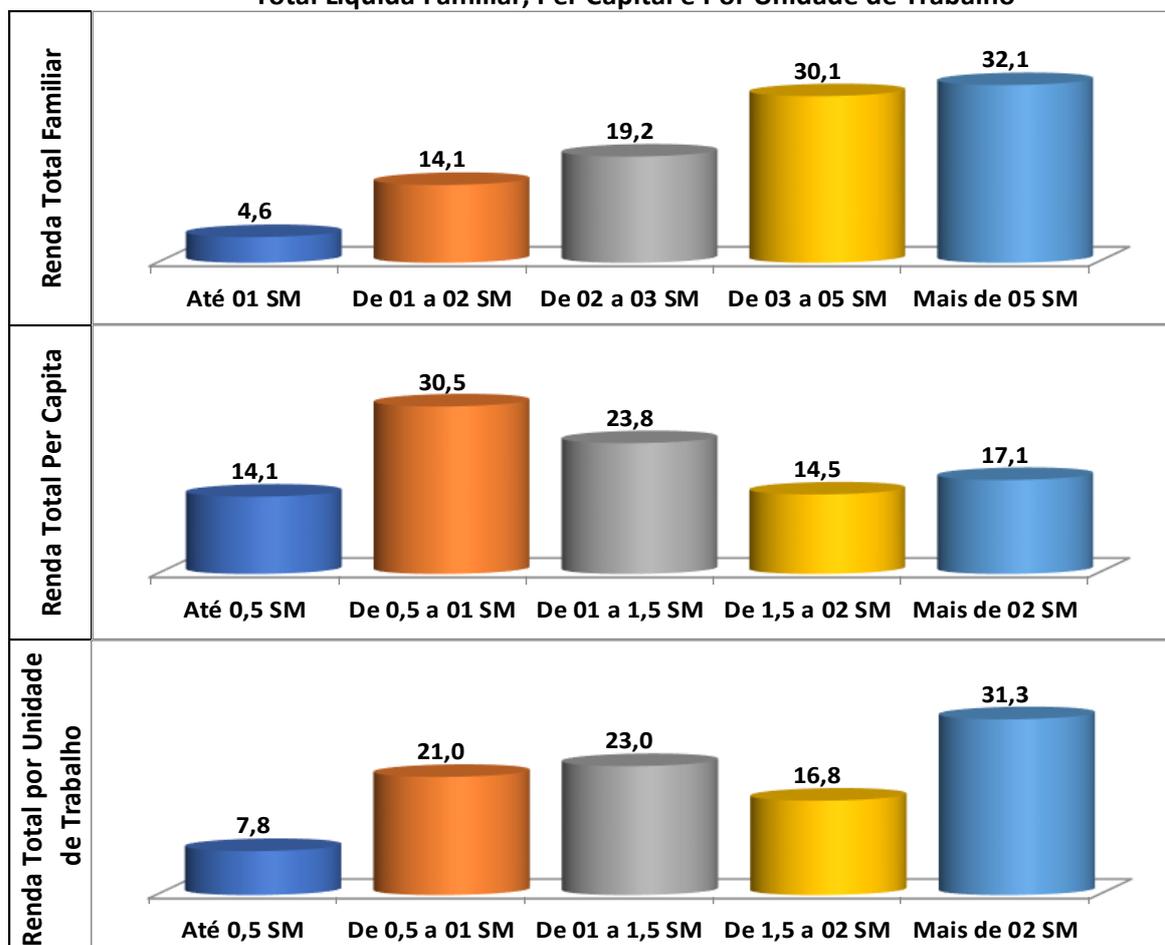
A renda com o trabalho agrícola para terceiros, grande parte na própria cultura do tabaco, teve um crescimento no último ano da Chamada de ATER. Já o arrendamento de parte das terras para terceiros é pequeno e teve queda.

E, finalmente, a renda de transferência governamental, via o Programa Bolsa Família, que, segundo informação das famílias, beneficiava 6% delas, teve uma redução significativa. Mais adiante, quando for tratado o acesso à políticas públicas, será visto que este acesso é maior que o que foi declarado enquanto renda, mas que a queda no acesso é real. E o fato de ter ocorrido uma redução na dependência da transferência de renda deve ser encarado como altamente positiva.

O Gráfico, a seguir, apresenta como é a renda total líquida, em salários mínimos mensais, a partir de três parâmetros: a renda familiar total, por pessoa da família e por unidade de trabalho. Somadas todas as rendas, quase um terço das famílias (32,1%) tem um bom rendimento mensal, sendo acima de 05 salários mínimos e quase outro terço (30,1%) tem também um bom padrão de rendimento, ficando entre 3 e 5 salários mínimos mensais. E com uma renda abaixo de 2 salários mínimos, que apenas possibilita a sobrevivência, estão 18,7% das famílias.

GRÁFICO 25

Distribuição das Famílias em estratos de salários mínimos mensais, segundo a Renda Total Líquida Familiar, Per Capita e Por Unidade de Trabalho



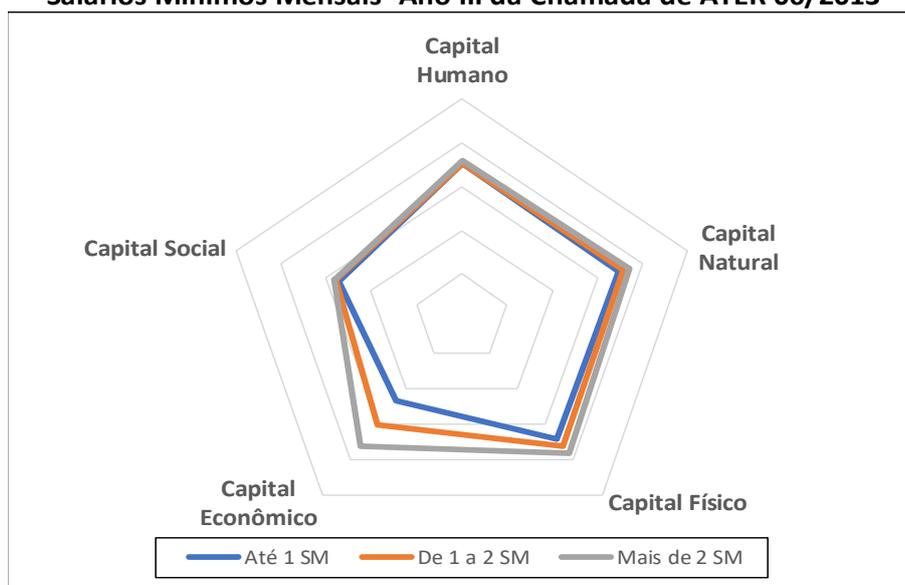
Fonte: Atualização da Caracterização das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

Já, quando se considera o tamanho das famílias e que a renda deve garantir as necessidades de todos, percebemos que 44,6% tem a renda per capita inferior ao salário mínimo e que somente 17,1% tem esse rendimento superior a 2 salários mínimos mensais.

Na visualização da remuneração do trabalho (a renda por unidade de trabalho), percebe-se que a renda da atividade agrícola, mesmo quando somadas as rendas não agrícolas, não remunera de forma adequada todas as famílias. Para 28,8% delas, a remuneração do trabalho é inferior ao salário mínimo mensal, para 39,8% a remuneração pode ser considerada razoável (entre 1 e 2 salários mínimos mensais) e para 31,3% é superior a 2 salários mínimos mensais. Se considerarmos a intensidade e a penosidade do trabalho, a não existência de direitos trabalhistas, como férias, décimo-terceiro salário, fundo de garantia, descanso semanal remunerado, pode-se afirmar que a renda na área rural ainda está longe de ser justa.

O Gráfico visualiza as diferenças de sustentabilidade e desenvolvimento dos Meios de Vida a partir de três faixas de rendimento total per capita. Percebe-se claramente que quando há evolução de todos os aspectos da vida, expressos nos cinco capitais, há aumento de renda e há maior qualidade no desenvolvimento integral.

GRÁFICO 26
Visualização da Sustentabilidade e Desenvolvimento dos Meios de Vida, segundo grupos de famílias pela Renda Total Per Capita em Salários Mínimos Mensais -Ano III da Chamada de ATER 06/2013



Fonte: Caracterização Atualizada das UPFs da Chamda Pública de ATER 06/2013

O Índice Geral médio, que na faixa de renda inferior a um salário mínimo é de 3,091, amplia-se em 13,4% para as famílias com renda per capita superior a 2 salários mínimos mensais, chegando a 3,505 e isso representa 70,1% do índice máximo.

Quando se mensura a área de da um dos três polígonos, aquele que representa o maior nível de renda per capita atinge a área de 29,2. Essa medida significa 28,1% a mais que a área de 22,8 da menor renda e representa 49,1% da área total máxima, além do próprio visual demonstrar maior harmonização entre os diversos capitais, necessitando apenas avançar um pouco mais no capital social, uma boa tarefa para o estímulo ao associativismo e ao cooperativismo.

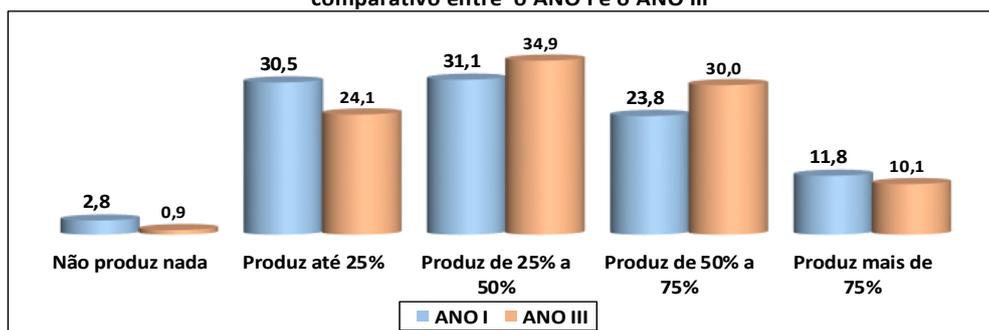
4.4. A produção para o autoconsumo: consciência da importância da segurança alimentar

Pelo que se conhece, várias entidades executoras fizeram uma grande aposta no sentido da produção para o autoconsumo, apoiando o fortalecimento dos pomares e das hortas domésticas, distribuindo kit's de sementes ou mudas de hortaliças, promovendo cursos de capacitação para a produção e processamento de alimentos, dentre outras ações. Além do autoconsumo alimentar também houve o fortalecimento da produção de artesanato para consumo na propriedade. Nos cursos voltados para a produção de autoconsumo, as avaliações indicam um grande incentivo para o uso de insumos agroecológicos oriundos do próprio estabelecimento.

Os dados indicam que estas ações produziram seu efeito. Nas duas caracterizações (inicial e aprofundada) foi indagado às famílias do consumo alimentar familiar qual era o percentual produzido na própria unidade familiar. A quantidade de famílias que produziam abaixo de 25% (ou nada), caiu de 33,3% (um terço) para 25% (um quarto). E as famílias que produziam entre 50 e 75% do total consumido aumentaram de 23,8% para 30%. Ou seja, houve uma nítida conscientização sobre a importância da segurança alimentar da própria família. Uma importante resposta, provocada pela consciência da Diversificação, às antigas propostas das indústrias fumageiras: “plante um pouco mais de tabaco e com isso você terá dinheiro suficiente para se abastecer no supermercado”.

GRÁFICO 27

Distribuição das UPFs Produtoras de Tabaco, segundo a produção para o autoconsumo, no comparativo entre o ANO I e o ANO III



Fonte: Caracterizações (Inicial e aprofundada) das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

Além da autodeclaração das famílias, há outros indicadores que indicam a importância e o aumento na produção para o autoconsumo. Um deles é o que indica a oportunidade de produção para o autoconsumo. Não está dito que há utilização efetiva desta oportunidade, mas a probabilidade é grande.

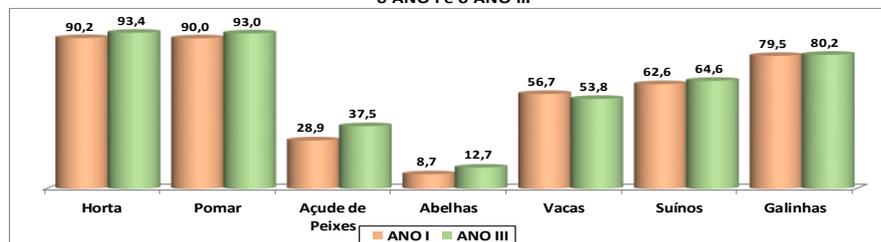
O Gráfico, seguir, indica a relação entre o Ano I e o Ano III da presença de equipamentos ou animais existentes na unidade de produção e que são fornecedores de produtos para comercialização, mas também de autoconsumo. No que se referem aos animais (vacas de leite, suínos e galinhas de postura ou de corte) há uma certa estabilidade no quantitativo das famílias que os possuem, com uma pequena queda na posse de vacas e um leve crescimento na posse de suínos e galinhas.

Mas, o plantel de vacas de leite, que era, no primeiro ano, de 8.226 animais aumentou em 2,6%, passando para 8.442 animais. Os suínos aumentaram 57% (é possível que uma ou mais família tenha optado pelo sistema integrado de suínos), significando, no terceiro ano, 42.680 cabeças. Já o quantitativo de aves reduz em 30%, provavelmente pela saída de um ou mais agricultores integrados no sistema integrado.

Mais importante que o quantitativo de animais é a quantidade de famílias que dispõem desses animais como uma rica fonte de alimento familiar. O Gráfico abaixo indica que houve avanço em praticamente todos os itens que foram pesquisados, à exceção das vacas.

GRÁFICO 28

Distribuição das UPFs Produtoras de Tabaco, segundo o potencial para o autoconsumo, no comparativo entre o ANO I e o ANO III



Fonte: Caracterizações (Inicial e atualização) das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

O que mais chama a atenção é o avanço no número de estabelecimentos com horta doméstica e com pomares que atingem o patamar de 93% do total das famílias. Provavelmente, a dificuldade para se chegar à totalidade das unidades de produção com hortas e pomares deve-se ao fato de muitas famílias dependerem totalmente de terras arrendadas de terceiros.

Aumenta ainda a quantidade de família com açudes para a produção de peixes, passando de 28,9% para 37,5%, o que é também perceptível no item sobre a contratação de maquinários de terceiros, a forte incidência da contratação de retroscavadeiras.

E cresce relativamente bastante a criação de abelhas (de 8,7% para 12,7%), uma importante fonte de produção para a comercialização, mas também uma fantástica fonte energética alimentar.

Um outro produto muito utilizado para o autoconsumo é o feijão. Apenas a título de exemplo, vejamos como foi a explicitação sobre este produto nas duas caracterizações e que podem indicar a importância que houve na produção para o autoconsumo. O número de famílias que produziram feijão para a comercialização (geralmente, o excedente da produção) foi de 275, no ano I, e de 368, no ano III, um aumento de 34%. No entanto, as que produziram feijão unicamente para o autoconsumo e não comercializaram nada desse produto, passaram de 165 para 633 famílias. Evidentemente que é possível que, especialmente no primeiro ano, várias famílias tenham omitido essa informação, preocupadas em informar apenas os produtos com valor comercial. Mas, mesmo isso sendo verdadeiro, o crescimento da consciência em informar a produção não comercializa é o que mais importa neste dado.

Essa lógica também é de possível verificação na produção de hortaliças, de mandioca, do alho, da cebola, abóbora, batata inglesa, batata doce. Os produtos que são de produção exclusiva para a comercialização restringem-se ao tabaco, à soja e ao trigo (específico de poucas regiões e não mais produzido para o autoconsumo em função da extinção dos moinhos coloniais).

5. OS INDICADORES DE CAPITAL SOCIAL

5.1. O acesso às Políticas Públicas: vitais para a sobrevivência da agricultura familiar

A realidade tem demonstrado que não é possível a existência de uma agricultura familiar forte e sustentável sem a presença forte do Estado. A CQCT fez essa mesma afirmação em relação à viabilização de alternativas viáveis de renda para os agricultores produtores de tabaco, mediante a implementação de programas de diversificação, promovidos pelo Estado, como salvaguarda aos agricultores diante da inevitável redução da demanda.

A presença do Estado, mediante a implementação de políticas públicas concretas, é a forma de empoderamento dos agricultores perante o gigantesco poder de subordinação econômica exercido pelas indústrias sobre os agricultores enquanto estes são produtores da matéria prima que sustenta o lucro destas indústrias, e diante do abandono total no momento em que estes agricultores, independentemente do motivo, saem da cadeia produtiva do tabaco.

Esta lógica do empoderamento é que nos leva a colocar este item do acesso à políticas públicas como um componente do Capital Social. Além disso, salvo raras exceções, para a agricultura familiar, o acesso às políticas públicas é sempre um processo de ação coletiva e com consequências também coletivas. Evidentemente que são os indivíduos (pessoas ou famílias) os beneficiados pelas políticas públicas, mas num processo eminentemente coletivo, seja pela exigência de ação grupal, seja pela necessidade de intermediação de um processo organizado e organizativo, seja pelo processo de conquista e manutenção, normalmente resultado de um processo de luta organizada e intensa.

Já foi mencionado anteriormente a importante política pública do Crédito Rural, viabilizado por meio do PRONAF, que foi vinculado ao fortalecimento da estruturação produtiva das unidades de produção (Capital Físico). E a consolidação do Pronaf, que existe desde 1995 e que já se constituiu com mecanismos próprios de sobrevivência, em que a maioria dos agricultores tem o seu acesso de forma direta com o agente financeiro, necessitando apenas do apoio para acesso à DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf (fornecida pelas Emater's ou pelos Sindicatos) e do apoio técnico para elaboração do projeto do financiamento. Mas, apesar de nos últimos anos ter ocorrido um significativo processo de redução do acesso e de concentração dos recursos para os agricultores mais capitalizados, é importante voltar a afirmar que o Pronaf ainda é uma das políticas públicas direcionadas especificamente para a agricultura familiar com a maior capacidade de abrangência. E, sem dúvida alguma, contribuiu para as profundas mudanças e avanços na agricultura familiar nos últimos 20 anos (Bianchini, 2016).

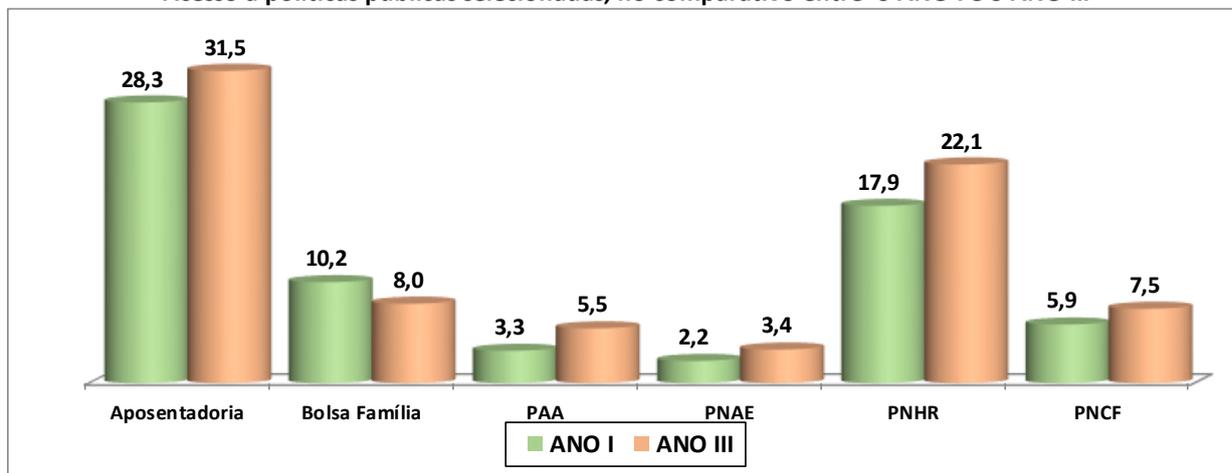
Outra política pública fundamental, em termos de cidadania e renda, é a Previdência Social, particularmente o direito à aposentadoria por idade, aos 55 anos para a agricultora e aos 60 anos para o agricultor. Os dados indicam que em 31,5% das famílias tem, pelo menos, uma pessoa recebendo mensalmente um salário mínimo, pela aposentadoria, como pode ser visto no Gráfico abaixo. E em um terço destas famílias com pessoas aposentadas o valor recebido é de dois salários mínimos mensais (duas pessoas aposentadas ou uma pessoa acumulando a aposentadoria e a pensão). O Gráfico também aponta o crescimento do acesso a este benefício em dois anos de execução da Chamada Pública. E é importante lembrar que ainda se está falando de famílias bastante jovens.

Outra política pública que tem sido fundamental nos últimos 15 anos é o PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural, componente do Programa Minha Casa Minha Vida. Quase um quarto das famílias (22,1%) chegaram ao ano 2016 tendo acessado ao direito de ter uma moradia digna para viver, seja por meio da construção, seja através de reforma. Do total das famílias, mais de 4% acessou ao Programa nos últimos anos, praticamente eliminando o déficit habitacional nestas regiões.

Merece também destaque o PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário, que já tinha 5,9% das famílias beneficiadas antes do início desta Chamada Pública. Durante a execução, o acesso á terra beneficiou 1,6% das famílias, chegando a 7,5% do público total. E, como já foi visto, o fator terra é fundamental para a autonomia das famílias e ampliação da sua capacidade de produção e diversificação.

GRÁFICO 29

Acesso a políticas públicas selecionadas, no comparativo entre o ANO I e o ANO III



Fonte: Caracterizações (Inicial e atualização) das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

Mas, duas políticas públicas chamam a atenção. A primeira é a política assistencial do Bolsa Família, direcionada às famílias em extrema situação de carência. A participação de 10,2% das famílias no Bolsa Família quando foram convidadas a participar da Chamada Pública reflete a contradição existente nas regiões com acentuada presença da cultura do tabaco, que é a “convivência” da renda (que não é pouca, para alguns) e da extrema pobreza. Por mais que se tenha que valorizar este Programa, as ações de ATER não podem ficar passivas diante dessa realidade, priorizando sua ação nestas famílias. E, os dados apontam que houve essa preocupação, demonstrada pela redução do número de beneficiários, mas ainda pequena diante do desafio.

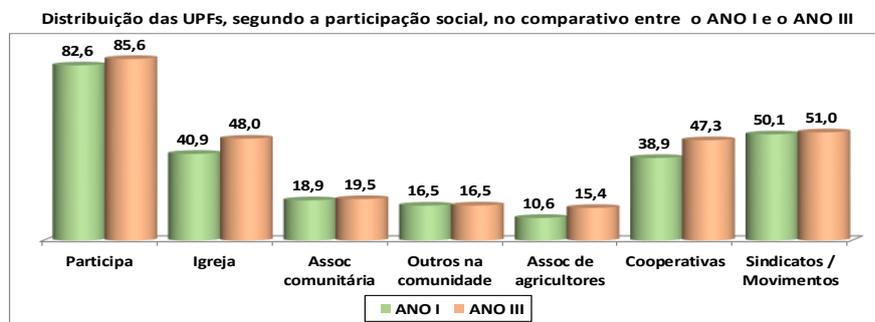
E a outra política, desdobrada em duas, diz respeito à comercialização: o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, com a aquisição obrigatória de mínimo 30% da agricultura familiar. Estas poderiam ser duas grandes alavancas para a comercialização dos produtos da diversificação. Mas, ainda estão incipientes, mesmo com o importante aumento das famílias que passaram a participar destes Programas. E, nesse caso, sempre com participação direta das ações de ATER. A desburocratização dos procedimentos e a vinculação de recursos, particularmente do PAA, com o Programa de Diversificação é uma das saídas para potencializar a diversificação com acesso de mercado garantido, que é uma das principais demandas dos produtores de tabaco, pois para o tabaco o mercado é sempre garantido, inclusive em função do Contrato de Integração (Contrato de Compra e Venda).

5.2. A participação social: a união ainda faz a força

Assim como há uma clara incidência do capital social, particularmente o nível de participação social no desenvolvimento dos meios de vida, também há uma significativa incidência da ATER no processo de participação social das famílias. O Gráfico abaixo demonstra que há significativo crescimento nas organizações mais relacionadas à produção e alternativas de renda. Desta forma, cresce o número de famílias com envolvimento em Associações de Agricultores (de 10,6% para 15,4%), embora possa ser considerada ainda baixa. Também aumenta o número de famílias participantes de cooperativas, passando de 38,9% para 47,3%. E ainda aumenta a participação de famílias nos sindicatos e/ou movimentos sociais, passando de 50,1% para 51,0%, sempre se comparando os dados da caracterização inicial do Ano I com a atualização da caracterização do Ano III.

No geral, a quantidade de famílias que afirmaram participar de algum grupo social teve um pequeno, mas importante aumento, com mais de 85% das famílias com alguma participação, significando que cresceu a consciência da necessidade de maior envolvimento e articulação com outras pessoas e famílias e que participar contribui para a maior sustentabilidade dos meios de vida.

GRÁFICO 30



Fonte: Caracterizações (Inicial e atualização) das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

A consciência de participação no espaço local da comunidade também cresceu, expressa principalmente na declaração de participação em espaços da Igreja. É bem provável que tal participação já existia, mas que, após as ações de ATER, a sua explicitação tornou-se necessária.

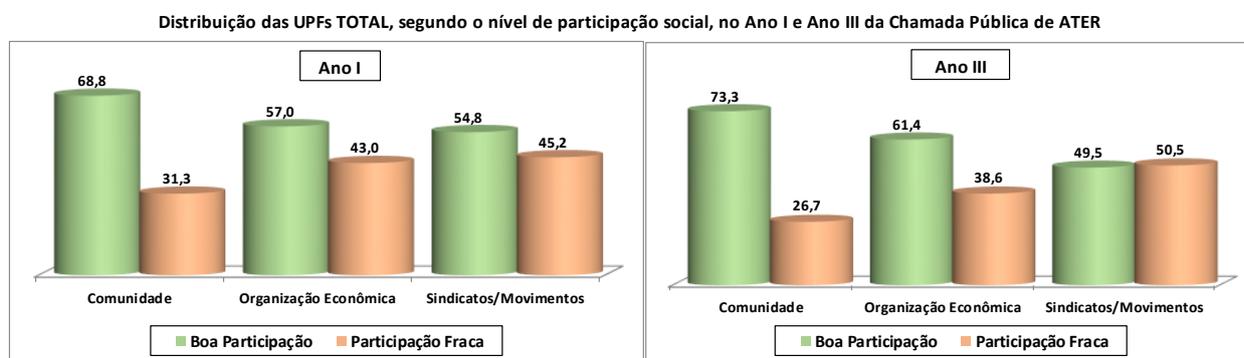
O grupo de produtores com maior participação é dos não produtores de tabaco, onde 90,1% das famílias participam. Já entre os produtores de tabaco foi onde ocorreu o maior aumento de famílias em termos de participação social, passando de 81,4% para 84,8%.

Mas, não é suficiente fazer parte de alguma organização para que haja efetiva influência deste capital social na família. É fundamental que a participação seja efetiva. Nos gráficos abaixo, compara-se o nível de participação nos dois anos em análise, distinguindo a fraca participação (é sócio, mas não participa ou participa apenas ocasionalmente) da boa participação (participa regularmente ou é membro da direção/coordenação).

A participação melhora quando a família se envolve em organizações na comunidade, onde a boa participação cresce de 69% para 73%.

Também, no Ano III, melhora a participação nas organizações econômicas (associações de produtores ou cooperativas), chegando a 61,4% a boa participação, sendo que no ano I era de 57%.

GRÁFICO 31



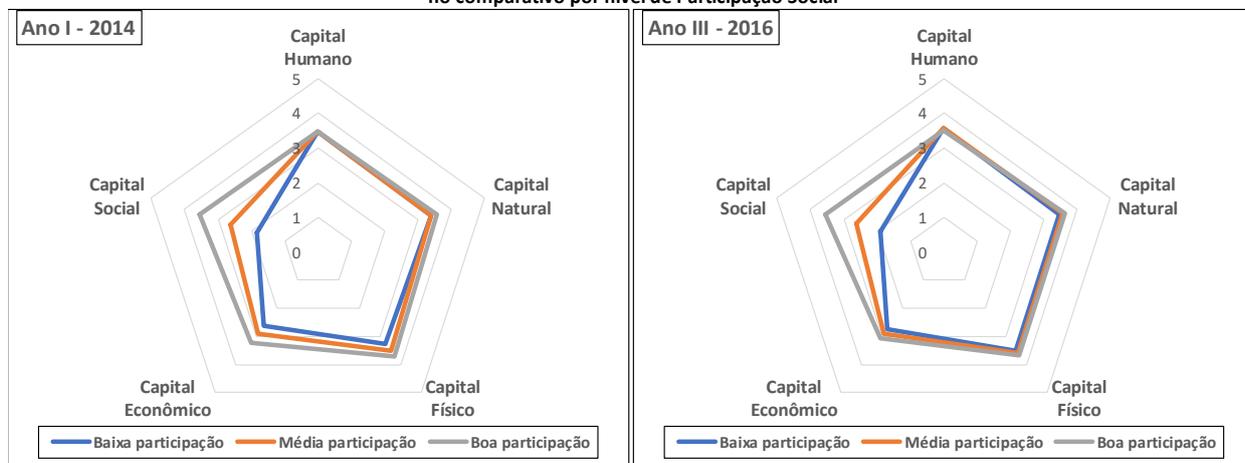
Fonte: Atualização da Caracterização das UPFs da Chamada Pública de ATER 06/2013

No entanto, caiu o nível da boa participação nos sindicatos e movimentos, que era 54,8% no primeiro ano e ficou em 49,5% no terceiro ano.

O Gráfico a seguir visualiza a realidade da sustentabilidade e desenvolvimento dos meios de vida conforme o nível de participação das famílias, comparando-se os dois anos em que foram feitas as caracterizações das famílias.

GRÁFICO 32

Visualização Gráfica da Sustentabilidade e Desenvolvimento dos Meios de Vida das Famílias, no Ano I e o Ano III da Chamada Pública de ATER, no comparativo por nível de Participação Social



Fonte: Caracterizações Inicial e Atualizada das UPFs da Chamda Pública de ATER 06/2013

Quanto melhor é a participação social obviamente melhora sensivelmente o capital social, mas melhora também o Índice do Capital Econômico e o Índice do Capital Físico. Apenas o Capital Humano é indiferente em função da participação social. As menores diferenças nos índices no Ano III significam que a atuação da ATER, com impactos no conjunto dos meios de vida, ocorreu de forma generalizada, independentemente da vinculação das famílias com organizações sociais.

CONCLUSÕES

Ao finalizarmos este estudo, no qual se buscou uma melhor compreensão sobre quem são as famílias, produtoras de tabaco ou não, que participaram da Chamada Pública de ATER 06/2013, como uma forma de contribuição para o aperfeiçoamento das ações do Programa de Diversificação e das ações de ATER articuladas ao Programa.

Não se pretende aqui fazer uma síntese dos principais pontos que poderiam merecer destaque nesta avaliação do Perfil das Famílias. Entende-se que, como se trata de pessoas e da vida de pessoas, todos os aspectos são importantes.

Nos restringiremos a algumas considerações gerais e recomendações que possam contribuir para o aprofundamento e aperfeiçoamento do Programa de Diversificação e, assim, avançar na atenção às famílias agricultoras que, direta ou indiretamente, estão envolvidas, nos três estados da região Sul, com a produção de tabaco.

A primeira constatação é que a opção pela abordagem dos Meios de Vida, que, inclusive, nos permite estabelecer um Índice de Sustentabilidade e Desenvolvimento dos Meios de Vida, está muito adequado e ajustado à estratégia de diversificação apontada pelo Programa de Apoio à Diversificação.

Foi, igualmente, acertada a decisão do Brasil de implementar os artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro a partir da estratégia da diversificação. Especialmente para os países fortemente dependentes da produção de tabaco e, por consequências, fortemente ameaçados com a irreversível redução de demanda, que é real, mas paulatina, a estratégia da diversificação está sendo de fácil aceitação por parte das famílias produtoras de tabaco e com resultados efetivos.

A visão de integralidade e integração das ações é essencial e estratégica no processo de implementação do Programa de Diversificação e, de modo particular, nas ações de ATER para a Diversificação. A lógica produtiva, suas técnicas e tecnologias, com acesso à renda são importantes e fundamentais e a razão de ser a ATER, mas não pode ser qualquer produção, nem qualquer técnica, nem qualquer tecnologia e nem renda de qualquer forma. A isso tudo se relaciona a qualidade de vida das pessoas, a capacidade de autonomia e de cidadania, a sustentabilidade ambiental, o respeito à história, à cultura e ao saber popular, o respeito e a construção de relações sociais, entre outros aspectos. Fazer ATER é, sobretudo, atuar com pessoas para promover pessoas.

Diante disso, a recomendação inevitável é pela insistente necessidade de continuidade do Programa e das Ações de ATER para a Diversificação. Mais ainda: diante do quadro de conjuntura que se apresenta, não basta apenas a continuidade. É fundamental que o Programa ganhe mais corpo, se amplie, tenha mais recursos e potencialize ainda mais as suas ações. Isso significa que as ações, particularmente as ações de ATER não apenas precisam continuar, mas necessitam continuidade, sem interrupções e vazios e necessitam de maior tempo, independente dos aspectos jurídicos dos contratos.

A segunda constatação e recomendação diz respeito à articulação das ações e das políticas públicas. O Programa de Diversificação precisa ser um programa articulador de políticas públicas, tanto as diretamente vinculadas à agricultura familiar (ATER, crédito, comercialização, acesso à terra, controle sanitário e outras), como outras políticas fundamentais para a qualidade de vida rural, como a saúde, a educação, a comunicação, a infraestrutura, a mobilidade. A renda é fundamental para as famílias, mas a vida em seu conjunto é ainda mais importante. Essa é a concepção dos Meios de Vida e não há como esse processo ser massivo sem uma presença articulada do Estado e de suas políticas públicas. De modo muito especial, deve-se dar uma grande

atenção ao Pronaf, pela sua importância para a estruturação da unidade de produção e para a potencialização de novas culturas, e pela sua amplitude na agricultura familiar. Uma política de crédito acompanhado poderá ser um fator fundamental para a promoção da diversificação.

Em terceiro lugar, deve ser sempre considerado o respeito às diferenças, às diversidades e às especificidades como um dos mais importantes componentes da concepção do Desenvolvimento e Sustentabilidade como Liberdade, na lógica da complementariedade e articulação dos Meios de Vida. A uniformidade, a padronização e as fórmulas prontas desrespeitam essa lógica. Por isso, os processos são tão importantes como os resultados. A forma tem igual importância que o conteúdo.

A quarta recomendação diz respeito ao público a ser beneficiado. Como se sabe da dificuldade da universalização, é fundamental ter muito claro as prioridades. Observa-se que a indústria fumageira tem uma tendência à exclusão mais rápida das famílias mais empobrecidas e mais distantes dos núcleos urbanos. Por outro lado, há um assédio à famílias mais jovens. Como, especialmente, nas ações de ATER há a liberdade de escolha das famílias pelas entidades executoras, respeitados alguns critérios mais gerais, é fundamental a orientação para priorizar as famílias mais carentes e mais distantes.

Ainda em termos de público a ser beneficiado, é fundamental o investimento em ações com a juventude e com as mulheres. A juventude ainda é um contingente numeroso nestas regiões e, em função de vários fatores, entre eles a questão educacional e do acesso à informação, tende a dar uma nova configuração para a próxima geração da agricultura familiar. Ou seja, investir na juventude já é investir na agricultura familiar do hoje e do amanhã. No entanto, os instrumentos metodológicos e pedagógicos necessitam de adaptação para atingir este público e transformá-lo em protagonista do desenvolvimento. Em grande parte, os atuais métodos de ação não condizem mais com o que demanda e exige a juventude.

Em relação à mulheres, o exercício feito na Chamada de ATER 06/2013 demonstrou que a sua priorização traz resultados efetivos, embora ainda grande parte das ações com as mulheres tenham sido, sem nenhum demérito às iniciativas, um tanto periféricas (culinária, artesanato, autoconsumo). As mulheres são agentes de mudança e de transformação e também necessitam ser colocadas no centro das estratégias de produção, de geração de renda e do desenvolvimento integral das famílias. Também nesse caso, há que se reformular alguns processos metodológicos e pedagógicos, ainda centrados na visão masculina de condução de processos.

Em função disso, uma quinta recomendação que é também um desafio, que é o da capacitação e da formação dos agentes de ATER. O sistema de contratação de serviços de ATER que, como o da prestação de serviços para a construção de uma ponte, supõe que a entidade contratada está totalmente preparada e capacitada para a efetivação do trabalho (impedindo a utilização de recursos para ações de capacitação) é irreal. Nunca se está totalmente preparado e capacitado para trabalhar com pessoas e com processos. E o dinamismo da agricultura familiar exige adaptação permanente às novas realidades, à diversidade dos públicos e às especificidades de cada histórico familiar. O investimento em formação e capacitação permanente dos agentes de ATER é um dos condicionantes fundamentais para o sucesso do Programa de Diversificação.

Por fim, há três aspectos que devem merecer atenção especial do Programa de Diversificação, sem menosprezar o que já foi afirmado acima em relação à articulação do conjunto das ações e das políticas públicas. Uma delas diz respeito à renda.

A renda proveniente do tabaco, apesar de ser muito desigual e diferenciada entre as famílias e inconstante ao longo do tempo, é um dos principais mecanismos de dependência das famílias em relação às indústrias fumageiras. É verdade que, para um número significativo de famílias, nem sempre a renda é o fator determinante para mudanças, havendo outros fatores (a saúde, entre eles) que são considerados na relação custo-benefício de permanecer ou não na cultura do tabaco. Mas,

é vital que as propostas de diversificação garantam uma renda que permita, no mínimo, sobrevivência com dignidade e possibilidade de desenvolvimento, como o acesso à educação, à mobilidade e a bens essenciais.

Outro aspecto essencial é a saúde, considerado por muito o bem maior de uma pessoa e de uma família. A saúde é uma porta de entrada fantástica para o desenvolvimento de ações de diversificação. Mas, precisa ser mais que isso. As ações de ATER precisam atuar na saúde preventiva e na perspectiva de uma vida saudável para todas as pessoas. Também é fundamental a construção de articulação entre os agentes de ATER e os agentes de saúde, especialmente os agentes comunitários de saúde e os profissionais que atuam no Programa Saúde da Família.

E a questão da educação é outro componente fundamental: a relação dos agentes de ATER com as escolas do campo e com os professores pode potencializar um salto de qualidade na diversificação. O acompanhamento ao processo da maior presença do ensino médio, do ensino técnico, do ensino superior, inclusive com a tendência à maior presença da educação voltada à agroecologia não pode ser ignorado pelo Programa de Diversificação. E, no verso da medalha, o Programa de Diversificação não pode se omitir ao debate sobre a qualificação do ensino do campo e no campo, que ainda está longe de sua adequação e ajustamento à realidade e às demandas da agricultura familiar.

E, para concluir, é imprescindível a continuidade dos estudos e análises sobre a realidade das famílias produtoras de tabaco, no viés da diversificação dos meios de vida, estimulando as universidades a priorizar esta temática e, por meio das ações do Programa de Diversificação, potencializar acesso de informações sobre a realidade das famílias que considere, de forma ainda mais adequada, da abordagem dos meios de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONATO, A.A. **Revisão do Instrumental para o Diagnóstico das Unidades de Produção Familiar da Chamada Pública de ATER 06/2013 dos Municípios Produtores de Tabaco.** PNUD, Curitiba, 2014.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE, INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. **A Importância e a Urgência da Diversificação de Produção em Áreas que Produzem Tabaco no Brasil.** Rio de Janeiro, INCA, 2014.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE, INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. **Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco – Opções de Políticas e Recomendações sobre Alternativas Economicamente Sustentáveis para o Cultivo do Tabaco (com relação aos artigos 17 e 18).** Rio de Janeiro, INCA, 2016.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/SAF/DATER. **Chamada Pública para a Seleção de Entidade Executora de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores/as Familiares inseridos em Municípios com Produção de Tabaco na Região Sul do Brasil n. 06/2013.** Brasília, 2013.
- PERONDI, M.A. e SCHNEIDER, S. **Bases Teóricas para a Diversificação dos Meios de Vida.** In REDES, Revista de Desenvolvimento Regional, v. 17, pp. 117-135. Santa Cruz do Sul, 2012.
- PERONDI, M.A., GREGOLIM, A. e SCHNEIDER, S. **Referências para o Desenvolvimento de Alternativas Economicamente Viáveis à Produção de Tabaco e à Diversificação dos Meios de Vida dos Agricultores.** CONICQ. Brasília, 2009.
- SCHNEIDER, S., PEREIRA, M.A. e SOUZA, M. **Meios de Vida e Livelihoods: aproximações e diferenças conceituais.** In REVISTA IDEAS, v. 4, pp. 203-224. 2010.
- ZOTTI, C.F. **Meios de Vida Alternativos à Cultura do Tabaco nos Municípios de Capanema e Planalto – PR.** Porto Alegre: UFRGS, 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, 2010.